

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria nº 74 de 12 de maio de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, passando a comissão a vigorar com a seguinte composição:

a) Roger Martins Cardoso, matrícula n.º *****961.

II - Equipe de Apoio:

a) Franciara Sobrinho do Nascimento Ximenes, matrícula n.º *****832;

b) Lucas Farias Duarte Hifram, matrícula n.º *****073; e

c) Alex Lourenço Campos, matrícula n.º *****451.

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea "a)", atuará como pregoeiro, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alínea "a)", deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 234 de 19 de setembro de 2025

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 06 de março de 2026.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 70110727

Portaria nº 73 de 16 de março de 2026

Altera a Portaria nº 59, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitação e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, e revoga a Portaria nº 35, de 29 de janeiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe confere o art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e o art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 23 de abril de 2025 (0059482721), que institui a Comissão Especial de Licitações no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso II da Portaria nº 59, de 23 de abril de 2025 (0059486459), que reformula as equipes de licitação e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações – SUPEL/COESP, designando os servidores abaixo relacionados para compor sua estrutura, passando a vigorar com a seguinte redação:

I – Presidente/Pregoeira:

a) Bianca Matias de Souza, matrícula n.º *****873.

II – Membros:

a) Ezequiel Rodrigues da Silva, matrícula n.º *****728;

b) Eliton Moab da Cruz Costa, matrícula n.º *****968;

c) Karla Alves Wilhelms, matrícula n.º *****385;

d) Daniele Cássia Vieira, matrícula n.º *****588.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea "a)", atuará como **Pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Ficam designados como **Pregoeiros Substitutos** os servidores indicados no inciso II, alínea a) e b) sucessivamente, deste artigo, que desempenharão as atividades inerentes à pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 35, de 29 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 70150537

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, **HOMOLOGA** a seguinte despesa do exercício de 2026: **1-MODALIDADE/PROCEDIMENTO:** Dispensa de Licitação - Lei n. 14.133/2021. **2-CONTRATANTE:** Superintendência Estadual de Compras e Licitações. **3-CONTRATADA:** CMP COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA, CNPJ n.º 08.742.048/0001-87. **4-OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de avisos oficiais da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, em jornal de grande circulação, exclusivamente em meio digital, com comprovação de abrangência estadual, referente ao mês de janeiro. **5-VALOR DA DESPESA:** R\$ 4.121,83. **6-RETENÇÕES:** R\$ 168,17. **7-PROCESSO:** 0043.000191/2026-51. **8-ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:** Parecer n.º 21/2026/SUPEL-CI (Id.69657940).

MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Protocolo 70120023

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações, **HOMOLOGA** a seguinte despesa do exercício de 2026: **1-MODALIDADE/PROCEDIMENTO:** Dispensa de Licitação - Lei n. 14.133/2021. **2-CONTRATANTE:** Superintendência Estadual de Compras e Licitações. **3-CONTRATADA:** CMP COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA LTDA, CNPJ n.º 08.742.048/0001-87. **4-OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de avisos oficiais da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, em jornal de grande circulação, exclusivamente em meio digital, com comprovação de abrangência estadual, referente ao mês de fevereiro. **5-VALOR DA DESPESA:** R\$ 4.895,00. **6-RETENÇÕES:** R\$ 194,33. **7-PROCESSO:** 0043.000191/2026-51. **8-ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:** Parecer n.º 31/2026/SUPEL-CI (Id.69949670).

MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Protocolo 70122884

SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT

Portaria nº 65 de 12 de março de 2026

A **Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**, conforme atribuições do Diretor Executivo da pasta, devidamente previstas no Art. 44 da Lei Complementar 965/17, passa a consignar:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026/SUPEL/RO

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP**, em atenção à justificativa disposta no **subitem 16.1** do Termo de Referência (71678179).

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/05/2026, às 10h (horário de Brasília)	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 12/05/2026.
---	--

OBJETO		
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em eventos sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.		
FUNDAMENTO:		
Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024. entre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0025.002538/2025-37		
UASG: 925373		
ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br .		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 944.202,00 (Novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e dois reais)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não	Contrato	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no item 23.1. e subitens do Termo de Referência. 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no item 23.2. e subitens do Termo de Referência. 3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no item 23.4. e subitens do Termo de Referência. 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no item 23.5. e subitens do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
Não	Não	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	CONTRATAÇÃO

Menor Preço por Lote	Aberto	Sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: 69.3212-9243		coesp.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
3. DO OBJETO;
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
9. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
11. DO RECURSO;
12. DA HOMOLOGAÇÃO;
13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
15. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
17. DO PAGAMENTO;
18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
23. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria n.º 73/2026/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 16 de março de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o Nº 90041/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo n.º 0025.002538/2025-37**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em eventos sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no **item 2.3. e 9.1. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

2.3. Das Especificações Técnicas:

Item	Código Catálogo CATMAT	Especificação	Período de utilização dos itens
01	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	15/05/2026 a 28/05/2026
02	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	15/05/2026 a 28/05/2026
03	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
04	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
05	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
06	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
07	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
08	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
09	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
10	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
11	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
12	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
13	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
14	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
15	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
16	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
17	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
18	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
19	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
20	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
21	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026
22	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026

*Catálogo de Materiais – CATSER(<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

9.1. Das Estimadas das Quantidades:

9.2.

LOTE 01: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em evento sociais ostensiva, com serviços diurnos e noturnos e motorizados.						
ITEM	Código Catálogo CATMAT	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade de vigilantes	Quantidade de dias	Quantidade total de diárias
01	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	14	84
02	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	14	84
03	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66
04	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66
05	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132
06	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132
07	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36
08	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36
09	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36
10	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36
11	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	30	06	180
12	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	06	72
13	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	06	108
14	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	06	108
15	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14
16	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14
17	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18
18	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18
19	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24
20	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24
21	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	06	36
22	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	06	36

*Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, **admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;** <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

(...)

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no **item 6. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

6. DAS GARANTIAS:

6.1. Haverá exigência de prestação de garantia nas contratações, conforme Art. 96, §1º I da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

6.2. A empresa contratada deverá optar por uma das modalidades de garantia prevista em lei, no valor de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, devendo ser comprovada sua realização dentro do prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da homologação, conforme o art. 98 da Lei nº 14.133/2021, para fins de garantir a fiel execução do contrato; o cumprimento de todas as obrigações contratuais; o pagamento de multas e indenizações devidas ao contratante.

1) No Caso caução em dinheiro: Deverá ser depositado em conta bancária específica do Banco do Brasil, a ser indicada pela contratante, em favor da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) – CNPJ 03.682.401/0001-67.

2) No caso de caução com títulos da dívida pública: Estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual se informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

3) No caso da opção pelo seguro garantia: O seguro será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade habilitada em funcionamento no país, em nome da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), cobrindo o risco de quebra do contrato e obrigações trabalhistas e previdenciárias. A apólice deverá exceder o prazo de vigência do contrato em 3 (três) meses. A contratada deverá providenciar a prorrogação do seguro por toda a duração do contrato, independentemente de notificação da SEAGRI, sob pena de rescisão contratual.

4) No caso de fiança bancária: Deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, com validade por toda a duração do contrato. A contratada deverá providenciar a prorrogação da fiança por toda a duração do contrato, independentemente de notificação da SEAGRI, sob pena de rescisão contratual. A fiança deverá conter expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5) No caso de Título de Capitalização: O licitante poderá optar pela apresentação de título de capitalização, custeado por pagamento único, como garantia de execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.770, de 2023, onde o título de capitalização deverá ser emitido por instituição financeira autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em favor da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) – CNPJ 03.682.401/0001-67.

6.3. A contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

6.4. A administração pública mantém essa garantia até o término do contrato, para o cumprimento das obrigações, podendo ser acionado em caso de inadimplemento das obrigações contratuais estabelecidas, onde a Administração poderá executar a garantia, utilizando o valor para cobrir os prejuízos causados pelo não cumprimento das obrigações contratuais, visando assegurar o contrato por se tratar de grande relevância ou complexidade. Nesse sentido, visando evitar os riscos de desistência como ocorrido na 11ª edição do evento, no ano de 2024 através do processo administrativo nº 0025.004620/2023-34, onde a empresa vencedora do pregão eletrônico desistiu e comprometeu a execução do serviço, conforme mencionado na Informação nº 60/2024/SEAGRI-RRS (0049863988)

6.5. A liberação da garantia ocorrerá ao final da execução contratual, após verificação do cumprimento de todas as condições acordadas, onde a contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a liberação e/ou devolução da garantia.

6.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6.7. A CONTRATADA deverá ainda, garantir os serviços prestados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do Termo de referência e seus anexos, demais aplica-se no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei 8078/90, de 11 de setembro de 1990;

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE GARANTIA: A exigência de garantia na contratação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, abrangendo serviços diurnos e noturnos, é fundamental para assegurar a execução correta do contrato e proteger a Administração Pública contra inadimplemento e eventuais prejuízos. Essa exigência mostra-se ainda mais necessária em razão de ocorrências registradas em contratações anteriores, nas quais houve desistências e falhas na execução dos serviços de segurança, comprometendo a regularidade das atividades e gerando transtornos operacionais significativos.

(...)

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no **item 26. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

26. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

26.1. A execução contratual será acompanhada por Gestor do Contrato e Fiscal(is), devidamente designados pela Administração, por meio de ato administrativo específico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aos quais competirá:

26.2. Ao Gestor do Contrato:

- Coordenar a execução contratual sob o aspecto administrativo;
- Promover a interlocução institucional entre a contratada e a Administração;
- Adotar as providências necessárias para assegurar a regular execução do contrato, inclusive quanto à proposição de ajustes, prorrogações e aplicação de sanções, quando cabíveis;

26.3. Ao(s) Fiscal(is) do Contrato:

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços no local do evento;
- Verificar a conformidade quantitativa e qualitativa da mão de obra disponibilizada;
- Registrar ocorrências, não conformidades e eventuais falhas na execução;
- Atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços.

26.4. Forma de Acompanhamento da Execução

O acompanhamento da execução ocorrerá de forma contínua e presencial, durante todo o período de realização do evento, considerando tratar-se de serviços terceirizados com dedicação de mão de obra, executados em ambiente de grande porte e elevada circulação de pessoas.

Serão observados, entre outros, os seguintes aspectos:

- Cumprimento dos quantitativos de pessoal por função e por período;
- Observância da jornada e dos horários estabelecidos;
- Utilização de uniformes, equipamentos e EPIs exigidos;
- Adequação da execução dos serviços às áreas designadas;
- Qualidade, regularidade e continuidade dos serviços prestados.

26.5. Instrumentos e Registros de Controle

Para fins de gestão e fiscalização, poderão ser utilizados, conforme aplicável:

- Relatórios diários ou periódicos de acompanhamento;
- Registros de presença e alocação de pessoal;
- Checklists de verificação da execução dos serviços;
- Registros formais de ocorrências e comunicações à contratada;
- Termos de recebimento provisório e definitivo.

26.5.2. Todos os registros servirão de subsídio para a aferição da conformidade da execução e para eventual aplicação de medidas corretivas, sanções ou execução de garantias.

26.6. Comunicação e Tratamento de Ocorrências

A comunicação entre a contratada e a Administração ocorrerá prioritariamente por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização, devendo a contratada manter preposto no local para atendimento imediato às demandas operacionais.

As não conformidades identificadas serão registradas e comunicadas à contratada, que deverá adotar as providências corretivas no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente, quando cabíveis.

26.7. Recebimento dos Serviços

O recebimento dos serviços dar-se-á em duas etapas:

- Recebimento Provisório, mediante verificação da conformidade da execução com as especificações contratuais;
- Recebimento Definitivo, após a confirmação do cumprimento integral das obrigações, sem prejuízo das responsabilidades da contratada por eventuais falhas identificadas posteriormente.

26.8. Adequação à Complexidade do Objeto

26.8.1 O presente modelo de gestão foi definido de forma objetiva e proporcional à complexidade da contratação, considerando a natureza temporária dos serviços, a dedicação intensiva de mão de obra, a multiplicidade de postos de trabalho e os riscos operacionais inerentes à realização de evento de grande porte, contribuindo para o controle da execução, mitigação de riscos e adequada entrega dos resultados pretendidos pela Administração.

(...)

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no **item 12. e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

12. LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

12.1. Do Local/Horário da entrega:

12.1.1. O serviço será prestado do dia **15/05/2026 a 06/06/2026** na área do Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack- Ji-Paraná/RO, localizada no Km 333 da BR 364, 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

12.1.2. Horário: Posto de vigilância, 24 horas ininterruptas, com Escala de Trabalho: 12x36 horas, diariamente de SEGUNDA a DOMINGO (Inclusive nos Feriados), considerando que as trocas dos turnos de trabalho sempre ocorrerão às 08h00min da manhã e às 20h00min da noite.

12.1.3. Da substituição do Vigilante no Intervalo para Almoço:

12.1.4. Deverá ser rigorosamente observada a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso, conforme estabelecido pela legislação vigente, pela Convenção Coletiva de Trabalho e pela Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região. Durante os períodos de alimentação, a cobertura do posto será garantida por meio da substituição adequada.

12.2. Do Prazo de Entrega:

12.2.1. Os serviços de vigilância deverão ser executados em estrita observância às datas, turnos (diurno/noturno) e quantitativos de vigilantes indicados na tabela abaixo. Devendo também ser atendidas as especificações técnicas e demais condições presentes no Termo de Referência.

12.3. Do Cronograma de Entrega/Execução:

12.3.1. Os serviços de vigilância deverão ser executados em estrita observância às datas, turnos (diurno/noturno) e quantitativos de vigilantes indicados na tabela abaixo. Devendo também ser atendidas as especificações técnicas e demais condições presentes neste estudo técnico preliminar, além das que serão detalhadas no futuro Termo de Referência.

Item	Especificação	Período de utilização dos itens
01	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
02	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
03	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
04	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
05	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
06	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
07	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
08	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
09	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
10	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
11	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
12	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
13	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
14	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
15	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
16	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
17	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
18	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
19	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
20	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
21	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026
22	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026

12.3. Do Acompanhamento da Contratação:

12.3.1. A entrega do lote 1 deverá ocorrer de acordo com as especificações do Termo de Referência e do Edital de Licitação, de forma **integral**. Os serviços serão fiscalizados pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), composta para este fim, conforme Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025 (68435255). A entrega ocorrerá no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR 364, a 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

12.3.2. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

12.3.3. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos

12.3.4. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas

sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

12.4. Das condições de Recebimento:

12.4.1. Recebimento Provisório:

12.4.1.1. No ato da entrega para posterior verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações estabelecidas no Termo de Referência. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal.

12.4.2. Recebimento Definitivo:

12.4.2.1. Em até **05 (cinco)** dias úteis para verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações contidas no Termo de Referência, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto e consequente aceitação;

12.4.2.2. Cabe ressaltar que tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo não isentam a empresa fornecedora das responsabilidades civis relativas à qualidade e segurança do produto entregue, nem da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução da entrega, conforme previsto em lei.

12.4.3. Nota Fiscal:

12.4.3.1. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento. Deverá ser emitida em nome da Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI, CNPJ - 03.682.401/0001-67, Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 3º Andar, ou conforme orientado formalmente pela contratante.

• Resumo Detalhado do Recebimento:

Etapa	Prazo	Responsável
Entrega dos itens	A execução dos serviços deverá ocorrer em estrita conformidade com os períodos de utilização e quantitativos de vigilantes estabelecidos no subitem 6.5.4 “Do Prazo de Entrega” deste Estudo Técnico Preliminar	Contratada
Recebimento Provisório	No ato da entrega	Comissão de Fiscalização
Recebimento Definitivo	Até 5 dias úteis após o Recebimento Provisório	Comissão de Fiscalização
Liquidação da Despesa	Após Recebimento Definitivo	SEAGRI
Pagamento	Será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis	SEAGRI

(...)

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

4.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: coesp.supel@gmail.com;

4.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

4.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

4.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

5.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

5.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

5.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

5.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 17. do Anexo I - Termo de Referência. Conforme transcrevemos:

(...)

17. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:

17.1. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte ou execução técnica complexa, devendo ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 33, da Lei Federal N. 14.133/2021. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimo de habilitação do edital.

(...)

5.6.7 **Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 15. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente. Conforme transcrevemos:

(...)

15. SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, nos termos do §2º, do art. 122, da [Lei Nº 14.133/2021](#).

(...)

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Quanto à aplicação do benefício do Art. 8º do Decreto nº 21.675 de 03 de março de 2017, para fins de participação na licitação com cota de até 25% para contratação de Micro empresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, entendemos não ser cabível nesta contratação, considerando que a norma informa: "Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto..." O que não é o caso do nosso objeto por tratar-se de contratação de serviços.

7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

7.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

7.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 11.10. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances. Conforme transcrevemos:

(...)

Das Propostas:

A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação, sendo vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites nela fixados, nos termos do art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos de aceitabilidade que a Administração considerar pertinentes para a adequada análise da oferta.

A Administração poderá, a qualquer tempo durante o procedimento licitatório, especialmente nas fases de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, relativas à oferta e à conformidade do objeto licitado, com fundamento no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

As diligências poderão consistir, a critério da SEAGRI, na solicitação de documentos complementares, declarações adicionais, justificativas técnicas, memoriais descritivos, fotografias, especificações técnicas detalhadas ou, ainda, na realização de vistoria/inspeção in loco nas instalações de fabricação, produção ou armazenamento do licitante ou fornecedor, sendo certo que o não atendimento tempestivo às solicitações poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, em observância ao princípio da continuidade do objeto e da seleção da proposta mais vantajosa.

(...)

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item do lote.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 11.6. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

8.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

8.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12. Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, admite-se, em regra, a participação de sociedades cooperativas em procedimentos licitatórios, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.

8.13. Todavia, no caso da presente contratação, que envolve a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial de forma contínua, com exigência de atuação presencial, habitual e subordinada à organização operacional do serviço, verifica-se incompatibilidade com o regime jurídico das cooperativas.

8.14. Isso porque a execução do objeto demanda pessoalidade, habitualidade e subordinação na prestação dos serviços, características que se aproximam de vínculo típico de emprego, não se coadunando com a natureza cooperativista.

8.15. Nesse contexto, e em conformidade com o entendimento consolidado dos órgãos de controle, notadamente o PARECER nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, fica **vedada** a participação de cooperativas na presente contratação.

9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

9.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

9.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

9.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

9.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

9.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

9.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 11.10 do Anexo I - termo de Referência.

9.8. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

9.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 9.8.1. serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

9.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

9.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

9.8.4. O procedimento mencionado no item 9.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

9.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

10.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

10.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.6. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 18. – Das Penalidades deste Edital.

10.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

10.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.12.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 10.12.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 10.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.13.1. Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 23.4. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência:

(...)

23.4. Relativos à regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

23.4.1. Certidões e atestados de qualificação técnica;

Documentos mínimos exigidos:

1) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2) Regularidade trabalhista e com a Seguridade Social;

3) Certidão negativa de insolvência civil – equivalente à certidão negativa de falência;

4) Declaração de que atende aos requisitos do edital;

5) Declaração de inexistência de impedimento de licitar ou contratar com a Administração;

- 6) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 7) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
 - 8) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
 - 9) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - 10) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 11) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
 - 12) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 13) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- (...)

10.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.14.1. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 23.1. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência**: Conforme transcrevemos:

(...)

23.1. Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023
- f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

(...)

10.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

10.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 23.2. do Anexo I deste edital - Termo de Referência**: Conforme transcrevemos:

(...)

23.2. Qualificação Econômico Financeira:

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **2% (dois)** do valor estimado do lote (global) que o licitante estiver participando.
- b.1) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade do lote em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- b.3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

As regras descritas no item b.1 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

(...)

10.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **itens 23.5. e 23.6. do Anexo I – Termo de Referência deste Edital**: Conforme transcrevemos:

(...)

23.5. Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional

23.5.1. A empresa licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, compatível com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo conter os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, etc.), que comprove a prestação de serviços similares, conforme especificado no Termo de Referência.

23.5.2. Considera-se pertinente e compatível, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, que a licitante demonstre, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo, admitida a apresentação de atestado único ou a soma de atestados concomitantes, desde que, em conjunto, comprovem a execução mínima correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo estimado de vigilantes fixos com atuação em eventos

sociais e de vigilantes motorizados com atuação em eventos sociais, conforme especificado nos **itens 11 e 13**, por se tratarem dos itens de maior relevância técnica e operacional do lote, nos termos da legislação aplicável.

23.5.3. Em conformidade com os critérios estabelecidos, a licitante deverá demonstrar experiência compatível, mediante comprovação documental que prestou serviço com no mínimo, **15 (quinze) vigilantes com extensão em eventos sociais e 09 (nove) vigilantes motorizados com extensão em eventos sociais, simultaneamente em um único evento, como as seguintes característica do objeto**, sendo equivalente a 50% do item de maior relevância do Termo de Referência, permitindo a verificação objetiva da capacidade técnica da empresa.

25.5.4. A falta de comprovação da capacidade técnica nos termos exigidos no edital implicará na desclassificação do licitante.

a) **Autorização para funcionamento** como prestadora de serviço de vigilância no âmbito do Estado de Rondônia e sua respectiva revisão, se for o caso, em plena validade, nos termos da Lei nº 7.102, de 20/06/1983 e alterações, no Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 e alterações, e na Portaria DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006 e alterações.

b) Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, em nome do licitante.

c) Declaração formal, sob as penas da Lei, de que dispõe dos recursos e equipamentos necessários para a execução do objeto deste ato convocatório.

d) Certificado de extensão de eventos sociais conforme Art. 18 e 19 e parágrafo único das **PORTARIA Portaria nº 18.045/2023 - PORTARIA Nº 18.974/2024: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal**.

23.5.5. Ademais, a licitante deverá observar as obrigações legais e demais descritas nas obrigações da contratada.

23.6. Justificativa da necessidade de solicitação de Qualificação Técnica-operacional:

23.6.1. Considerando a necessidade de garantir a eficiência e a qualidade na execução dos serviços objeto da presente licitação, e com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apresentamos a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica como critério de habilitação. De acordo com o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é prerrogativa da Administração exigir a comprovação de qualificação técnica dos licitantes, de modo a assegurar que o contratado possui condições adequadas para a execução dos serviços. Dessa forma, a exigência de atestados de capacidade técnica tem o objetivo de comprovar que a empresa contratada dispõe da expertise necessária para prestar serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial com excelência, minimizando riscos e garantindo o alcance dos objetivos contratuais com eficiência. Os atestados de capacidade técnica são instrumentos que evidenciam a experiência prévia dos licitantes na prestação de serviços semelhantes. Essa exigência contribui para que apenas empresas com histórico comprovado de desempenho qualificado participem da licitação, prevenindo a contratação de prestadores que não atendam aos requisitos técnicos essenciais e evitando potenciais falhas na execução do contrato. Adicionalmente, a inclusão desse requisito atua como uma medida preventiva para reduzir os riscos de inadimplemento e atrasos na execução dos serviços, uma vez que empresas sem a devida qualificação podem comprometer tanto os prazos quanto a qualidade do serviço, resultando em prejuízos para a Administração Pública e para a sociedade. Dessa forma, a Administração Pública considera essencial a manutenção da exigência de atestados de capacidade técnica, como forma de assegurar que a empresa contratada possua a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória dos serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial.

(...)

10.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.18. DAS DECLARAÇÕES:

10.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital.

10.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

11. DO RECURSO

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

- 11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE/ VIGÊNCIA CONTRATUAL/ GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente. Conforme transcrevemos:

27. CONTRATO:

27.1.. Vigência do Contrato:

27.1.1. Considerando os termos do art. 95 da lei nº 14.133/21, o contrato não será dispensado.

27.1.2. A contratada deverá assinar o contrato e dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

27.1.3. Observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, a vigência inicia-se na assinatura do contrato e estende-se até o final do prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

(...)

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual n. 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal. Neste sentido, dispõe esta Lei:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL

16.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 27.2. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente. Conforme transcrevemos:

(...)

27.2. REAJUSTE CONTRATUAL:

27.2.1. Durante o período de vigência do Contrato, os reajustes de valores serão conduzidos de acordo com a previsão no ordenamento do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

27.2.1. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:

27.3.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do art. 150 a 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153.Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

27.3.2. Do pedido do reajuste, fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

27.3.3. Da escolha do índice conforme Art. 156. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 156.A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

27.3.4. Considerando que o reajuste de preços pode ser realizado mediante aplicação de índice de reajuste ou por demonstração analítica da variação dos custos, será utilizado o índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para os respectivos cálculos. A data-base será vinculada à data do orçamento estimado, sendo que o critério de aplicação deverá ser aquele que, de maneira mais vantajosa, atenda às especificidades do objeto contratual, conforme estabelece o §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

(...)

17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme estabelecido no **item 22, e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**. Conforme transcrevemos:

(...)

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Capítulo IX Art. 188 a 192 do Decreto nº 28.874 que regulamenta a Lei 14.133/2021, Art. 141, Capítulo X)

22.1. O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de **30 (trinta) dias úteis** em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

22.2. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

22.3. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos

22.4. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)

b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;

c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);

d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

22.5. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

22.6. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

22.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001-67 - Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas - CEP 76.801.470 - Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari.

22.8. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

22.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

22.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

22.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

22.13. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

22.14. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

22.15. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da

apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.

22.16. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

(...)

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no item 24. e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital: Conforme transcrevemos:

(...)

24. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta contratação serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

24.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeita à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

Grau de Gravidade	Descrição da Infração	Percentual da Multa
Leve	Infrações que causam pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário.	Até 5% do valor do contrato
Média	Infrações que afetam a qualidade do serviço ou produto entregue, mas sem comprometer a integridade do objeto contratado.	De 5,1% a 10% do valor do contrato
Grave	Infrações que comprometem seriamente a qualidade ou execução do contrato, gerando risco de prejuízo ao erário ou à segurança.	De 10,1% a 20% do valor do contrato
Muito Grave	Infrações que causam dano direto ao erário, à segurança dos envolvidos, ou inviabilizam a execução do contrato.	De 20,1% a 30% do valor do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	Grau de Gravidade	MULTA
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico e/ou lesão corporal;	Grave	20%
2.	Permitir situação que cause dano físico e/ou lesão corporal;	Muito grave	30%
3.	Inexecutar totalmente o objeto da licitação, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	Muito Grave	30%
4.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que comprometa a integridade do objeto contratado;	Grave	20%
5.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que cause pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao arário;	Leve	2%
6.	Realizar a entrega do objeto da licitação em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital de Licitação;	Grave	20%
Para os itens a seguir, deixar de:			
7.	Efetuar o pagamento a rede credenciada/prestadores de serviços, e/ou fornecedores envolvidos na execução do objeto, inclusive seguros, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;	Grave	20%
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de Coordenação/Fiscalização;	Grave	15%
9.	Cumprir a execução/entrega do objeto nos prazos estabelecidos no cronograma;	Grave	20%
10.	Disponibilizar os equipamentos, EPIs, e demais instrumentos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, considerando legislações e Normas vigentes, necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	Grave	15%
11.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa/negligência/imperícia, em veículos, equipamentos, pessoas, entre outros;	Grave	20%
12.	Encaminhar nos prazos estabelecidos, Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;	Leve	5%
13.	Substituir funcionário/prestador de serviço que se porte de forma inconveniente/desrespeitosa ou não atenda as exigências técnicas referentes ao objeto do contrato;	Leve	5%
14.	Assinar contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência;	Grave	20%
15.	Prestar garantia exigida no Termo de Referência;	Grave	20%
16.	Substituir estruturas, equipamentos, itens que compõe o objeto conforme previstos nas obrigações da contratada expressos no Termo de Referência;	Grave	20%
17.	Fiscalizar/controlar/fornecer suporte a rede credenciada/prestadores de serviço/fornecedores, a fim de garantir a execução do objeto	Média	10%

(...)

18.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Conforme estabelecido no **item 25.1. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**. Conforme transcrevemos:

(...)

25.1. Do Contratado:

25.1.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.1.2. Declaração formal, sob as penas da lei, atestando que dispõe dos recursos e equipamentos necessários para a execução do objeto;

25.1.3. Declaração formal comprometendo-se a entregar, antes da assinatura do contrato, o Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, em nome do licitante;

25.1.4. Declaração formal afirmando que tem pleno conhecimento dos serviços que compõem o objeto da contratação, bem como do local de sua execução.

25.1.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

25.1.6. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

25.1.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE;

25.1.8. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

25.1.9. A contratada não poderá repassar os custos de uniforme e equipamentos a seus empregados.

25.1.10. Realizar diariamente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.

25.1.11. Os Postos deverão ser obrigatoriamente inspecionados no mínimo 01 (uma) vez por dia, em períodos alternados.

25.1.12. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, atendendo o disposto no Artigo 71, § 4º da Consolidação das Leis Trabalhistas, qual seja:

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º **A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação**, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento, de natureza indenizatória**, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

- 25.1.13. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 25.1.14. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida às instalações da CONTRATANTE;
- 25.1.15. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- 25.1.16. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 25.1.17. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.
- 25.1.18. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão.
- 25.1.19. Efetuar a reposição de mão-de-obra nos postos, em caráter de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 25.1.20. Disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente.
- 25.1.21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 25.1.22. Manter controle de frequência/pontualidade de seus vigilantes sob o contrato.
- 25.1.23. Recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e quaisquer outras obrigações relacionadas com a mão-de-obra, ficando responsável por todos os atos praticados por seus empregados.
- 25.1.24. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, Fiscais e Comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme prevê o Art. 121, da Lei nº 14.133/21;
- 25.1.25. Prever um quantitativo de pessoal necessário para eventuais substituições dos efetivos, em caso de afastamento por motivos de férias, licença, etc.
- 25.1.26. Fornecer ao TRIBUNAL DE CONTAS, quando solicitado, cópias dos comprovantes de pagamento, contendo a discriminação individual dos salários, bem como, dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado no serviço.
- 25.1.27. Serão de inteira responsabilidade da empresa prestadora dos serviços, eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando no exercício de suas atividades. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido no item 6.12 deste estudo técnico preliminar.
- 25.1.28. A contratada deverá disponibilizar nos locais em que haja dois ou mais postos a quantidade necessária de rádio de comunicação tipo HT, bem como, a quantidade de baterias e carregadores suficientes.
- 25.1.29. A contratada deverá designar dois (2) representantes da empresa (coordenadores) com autoridade de tomada de decisões para garantir um atendimento contínuo à coordenação do evento durante o período de montagem e execução.
- 25.1.30. A contratada deverá observar os dispositivos legais da Portaria nº 25/2001, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT no que couber, considerando tratar-se de vigilância e segurança patrimonial desarmada.
- 25.1.31. Substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da Contratante.
- 25.1.32. Apresentar as Nota Fiscal todo último dia útil do mês relativo ao serviço prestado.

25.2. Para realização dos serviços dentro das normas vigentes, ressaltamos:

a) Certificações e Credenciamentos:

a.1. Registro na Polícia Federal: A empresa deve possuir autorização prévia da Polícia Federal para prestação de serviços de segurança privada, conforme art. 4º da Lei nº 14.967/2024.

Art. 4º - A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

a.2. Treinamento de Profissionais: Todos os profissionais designados para o evento devem possuir cursos de formação em vigilância em eventos de grande porte devidamente registrados e reconhecidos, bem como atualizações periódicas conforme a legislação vigente.

b) Treinamento e Capacitação Contínua:

b.1. Treinamento Específico para o Evento: A empresa deve comprometer-se a realizar treinamentos específicos para os profissionais designados para o evento, cobrindo aspectos como gestão de multidões, protocolos de segurança em situações de emergência e atendimento ao público.

b.2. Capacitação em Primeiros Socorros: Todos os profissionais de segurança devem possuir certificação em primeiros socorros, com treinamento atualizado.

Considerando as exigências mencionadas acima, a licitante deverá observar às legislações e normas que estabelecem requisitos e regulamentam a atividade. As principais são:

- **Lei n.º 14.967/2024:** institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, para dispor sobre os serviços de segurança de caráter privado, exercidos por pessoas jurídicas e, excepcionalmente, por pessoas físicas, em âmbito nacional, e para estabelecer as regras gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País, e, conforme seu Art. 70, revoga a Lei n.º 7.102/1983 e a Lei n.º 8.863/1994.

Art. 70 - Revogam-se a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, o art. 7º da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, os arts. 14 a 16 e 20 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e o art. 14 da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001

- **Portaria nº 18.045/2023:** Disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

Subseção VI Da Atividade

Art. 18. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol e outros, deve se ater ao espaço privado objeto do contrato.

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais, assim considerados aqueles que reúnam pessoas com o mesmo objetivo e possuam duração delimitada no tempo, realizados em estádios, ginásios, exposições, espaços culturais, arenas ou outros locais, públicos

ou privados, deverá ser prestada por vigilantes especialmente habilitados.

Parágrafo único. A habilitação especial referida no caput deste artigo corresponderá ao curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto neste normativo.

25.2.1. Ademais, em seu Art. 205, revoga em grande parte a Portaria n.º 3.233/2012.

Art. 205. Ficam revogadas:

I - a Portaria n.º 3.258-DG/DPF, de 2 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2013; e

II - a Portaria n.º 3.559-DG/DPF, de 10 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2013.

§ 1º Em relação à Portaria n.º 3.233-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 — publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2012 —, revoga-se o seguinte:

I - o § 1º e o § 2º do art. 1º; e

II - do art. 2º ao art. 211.

§ 2º O caput do art. 1º e os anexos da Portaria n.º 3.233- DG/DPF, de 2012, permanecem em vigor até que sobrevenha ato normativo do coordenador-geral da CGCSP/DPA/PF, nos termos do § 15 do art. 151 desta Portaria.

25.2.2. Também faz-se necessário dar atenção aos dispositivos legais que não foram revogadas das normas:

- **Portaria n.º 3.233/2012:** Emitida pelo Departamento de Polícia Federal, esta portaria regulamenta a atividade de vigilância privada no Brasil, incluindo a vigilância desarmada. Ela define as condições para o funcionamento das empresas de vigilância, os requisitos para os cursos de formação e reciclagem de vigilantes, e as normas de atuação dos profissionais.
- **Portaria n.º 3.259/2013:** Complementa a Portaria n.º 3.233/2012, trazendo regulamentações adicionais sobre o funcionamento das empresas de segurança e a atuação dos vigilantes, incluindo os desarmados.

25.2.3. **NOTA:** Essas legislações e normas estabelecem os requisitos para a formação, atuação, e atualização dos profissionais de vigilância desarmada, além de regulamentar o funcionamento das empresas que prestam esse tipo de serviço. É essencial que tanto os vigilantes quanto as empresas estejam em conformidade com essas leis para operar legalmente no país.

25.2.4. Após a execução dos serviços prestados, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o encaminhamento da Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;

25.2.5. A licitante deverá apresentar para a conduta do certame, declarações que consta em campo próprio do Sistema Gerenciador de Licitação - Comprasnet, utilizado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL para condução dos certames, a opção de declarações previstas no rol de declarações do referido sistema:

1. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
2. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
3. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
4. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
5. Apresentar a Declaração de Menor.
6. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
7. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
8. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
9. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

25.3. Dos bens patrimoniais e de consumo:

25.3.1. É dever da Contratada, através de seus empregados, impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências da Unidade e somente será permitida mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável da CONTRATANTE e conterà, indispensavelmente: a discriminação do bem, o nº do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for o caso, a data de retorno.

25.3.2. Manter durante a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação exigidas no edital da licitação, em atendimento ao art.92, inciso XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

25.3.3. A contratada deverá observar as normas regulamentadoras NR 6 (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI) e NR 16 (ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS) do Ministério do Trabalho.

25.3.4. Propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, sendo observado em todos os postos, a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso previsto por Lei, na Convenção Coletiva de Trabalho e da Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região MED nº 000534.2011.14.000/1.

(...)

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Conforme estabelecido no **item 25.4. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**. Conforme transcrevemos:

(...)

25.4. Da Contratante:

25.4.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da aquisição, seja fornecido em conformidade com as especificações do Termo de Referência;

25.4.2. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

25.4.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador das licitações, quando aplicável;

25.4.4. Rejeitar no todo ou em parte os materiais/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

25.4.5. Receber as Notas Fiscais e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

25.4.6. Receber provisória e definitivamente os materiais/serviços nas formas definidas.

25.4.7. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao serviço solicitado.

25.4.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

(...)

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

21.1. Conforme estabelecido no **item 20.5. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**. Conforme transcrevemos:

(...)

20.5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

20.5.1. A execução dos serviços de vigilância e segurança patrimonial não deverá causar impactos negativos ao meio ambiente nem aos direitos humanos. As ações deverão priorizar a prevenção de riscos ambientais e a promoção de práticas sustentáveis, como:

- 1) Utilização eficiente de recursos e equipamentos com menor impacto ambiental.
- 2) Planejamento de rondas e deslocamentos de forma a otimizar rotas e reduzir emissões.
- 3) Destinação adequada de resíduos sólidos gerados durante o evento.
- 4) Adoção de medidas de conscientização ambiental entre os profissionais envolvidos.

20.5.2. Desse modo, a prestação dos serviços será conduzida em conformidade com as regulamentações e normas ambientais vigentes, garantindo responsabilidade socioambiental e contribuindo para o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade nas contratações públicas.

20.5.3. Com isso, assegura-se que a execução contratual ocorra de maneira ambientalmente responsável, eficiente e em harmonia com os princípios de desenvolvimento sustentável previstos na legislação.

(...)

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Unidade Gestora: 19.001 RO**, conforme estabelecido no **item 14.5. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital**. Conforme transcrevemos:

(...)

14.5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

(...)

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

23.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

23.11. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

23.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

23.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

23.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

24. DOS ANEXOS

24.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (71678179);

ANEXO II - Análise de Risco (0066211225);

ANEXO III - Modelo de Minuta de Contrato (69363648);

ANEXO IV - SAMS (68740869);

ANEXO V – Quadro Estimativo de Preços (69212260).

Porto Velho-RO, data e horário do sistema.

EZEQUIEL RODRIGUES DA SILVA

Pregoeiro substituto da Comissão Especial de Licitações - COESP- SUPEL/RO
Portaria n.º73 de 16 de março de 2026.

Elaborado por:

EZEQUIEL RODRIGUES DA SILVA

Membro da Comissão Especial de Licitações - COESP- SUPEL/RO

Portaria n.º 73 de 16. de março de 2026



Documento assinado eletronicamente por **EZEQUIEL RODRIGUES DA SILVA, Pregoeiro(a) Substituto(a)**, em 29/04/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71299133** e o código CRC **0A54F144**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0025.002538/2025-37

SEI nº 71299133



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI
Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Administrativa: Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI

Unidade Orçamentária: Coordenação de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Piscicultura - CDAP/SEAGRI

Unidade Solicitante: Rondônia Rural Show - RRS

1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:

1.1. O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

1.2. Modalidade de Licitação: pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

1.3. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

1.4. Dos Princípios a serem observados: conforme art. 5º da Lei 14.133/2021 eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

1.5. Com base, ainda, nas experiências anteriores, definimos aqui o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou, com a solicitação encaminhada através do Documento de Oficialização de Demanda ([0064208372](#)), até aos requisitos necessários à prestação dos serviços e posterior pagamento.

2. OBJETO E OBJETIVO:

2.1. **Do Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em eventos sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.

2.2. **Do Objetivo** - Os objetivos fundamentais para a contratação dos serviços de Vigilância e Segurança são garantir segurança por 24 horas ininterruptas, de forma preventiva e ostensiva em eventos sociais, tanto diurna quanto noturna, assegurando a continuidade das atividades. Busca-se também garantir a fiscalização e o controle de acesso de pessoas, veículos e bens materiais, bem como a realização de rondas nas áreas internas durante o evento.

Além disso, pretende-se assegurar aos funcionários, participantes e expositores um ambiente organizado e seguro, garantindo igualmente a segurança na movimentação de cargas e serviços nos dias destinados ao recebimento de materiais, maquinários e produtos dos expositores. Outro objetivo é preservar a integridade física e o equilíbrio emocional dos servidores da SEAGRI, desta coordenação e das demais entidades e empresas que utilizam o Centro Tecnológico Vandeci Rack.

Visa-se, ainda, garantir a integridade física de todo o acervo patrimonial da Instituição, prevenindo ações de terceiros que possam causar depredação, violação, evasão ou apropriação indevida. Em casos de roubo, furto, incêndio ou qualquer outro fato ou fenômeno que coloque em risco os serviços e o andamento da feira, deverão ser acionados os órgãos de segurança competentes, com imediata comunicação à Administração. Por fim, espera-se a prestação de serviços com alto padrão de qualidade, com ocorrência de sinistros igual a zero.

2.3. **Das Especificações Técnicas:**

Item	Código Catálogo CATMAT	Especificação	Período de utilização dos itens
01	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	15/05/2026 a 28/05/2026
02	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	15/05/2026 a 28/05/2026
03	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
04	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
05	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
06	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
07	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
08	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026

Item	Código Catálogo CATMAT	Especificação	Período de utilização dos itens
09	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
10	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
11	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
12	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
13	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
14	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
15	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
16	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
17	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
18	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
19	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
20	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
21	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026
22	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026

*Catálogo de Materiais – CATSER(<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

0.1. A contratação tem como objetivo suprir a necessidade de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial no Centro Tecnológico Vandeci Rack, assegurando a proteção de pessoas, bens e a continuidade das atividades durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional. A demanda decorre da necessidade de garantir segurança, controle de acesso e integridade do patrimônio público e de terceiros ao longo de todo o período do evento.

0.2. A solução escolhida consiste na contratação de uma empresa prestadora de serviços de vigilância e segurança patrimonial, por meio de licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Essa forma de contratação garante competitividade, transparência e economicidade ao processo, assegurando a seleção de empresa com capacidade técnica comprovada e experiência em eventos de grande porte.

0.3. Os serviços a serem prestados abrangem controle de acesso de pessoas e veículos, rondas internas e externas, monitoramento de áreas sensíveis, prevenção e resposta a emergências, bem como supervisão do patrimônio e dos participantes. A contratada será responsável pelo fornecimento de profissionais qualificados, veículos e equipamentos necessários, treinamento contínuo da equipe, cumprimento rigoroso da jornada de trabalho e substituição de profissionais durante os intervalos, garantindo cobertura ininterrupta.

3.1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

3.1.1. **Contexto e Necessidade da Contratação:** A prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial é essencial para assegurar a proteção do patrimônio público, a integridade física de servidores, expositores e visitantes, e o funcionamento seguro do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante o evento.

3.1.2. **Justificativa Técnica:** As especificações baseia-se nos seguintes critérios técnicos:

a) Capacidade Operacional: A empresa deve comprovar experiência na execução de serviços de segurança em eventos de grande porte, garantindo eficiência, controle e rápida resposta a incidentes.

b) Profissionais Qualificados: Todos os vigilantes devem possuir certificações válidas e participar de treinamento contínuo.

c) Equipamentos e Veículos: A disponibilização de carros e motocicletas para rondas assegura cobertura ampla e pronta intervenção.

d) Normas e Regulamentos: Os serviços serão prestados em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.967/2024, Convenção Coletiva de Trabalho e Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região.

3.1.3. **Justificativa Econômica:** A análise econômica da contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância e segurança patrimonial:

a) Custo-benefício: A contratação de empresa especializada garante alto padrão de serviço, eficiência operacional e controle de custos, representando a melhor relação entre qualidade e investimento.

b) Impacto Econômico: A contratação prioriza fornecedores qualificados, fomentando a prestação de serviços locais e garantindo aplicação racional dos recursos públicos.

c) Sustentabilidade Financeira: A contratação se restringe à prestação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial, cabendo à comissão organizadora do evento supervisionar a execução das atividades. Essa forma de contratação evita despesas adicionais com estrutura própria de segurança e assegura o uso racional dos recursos públicos, mantendo eficiência e economicidade na gestão do evento.

3.1.4. **Análise Comparativa de Soluções:**

Foram avaliadas diferentes alternativas de contratação de serviços de segurança, considerando:

1. **Confiabilidade da Empresa:** Histórico comprovado na prestação de serviços e cumprimento de contratos anteriores.
2. **Capacidade Técnica:** Disponibilidade de profissionais treinados e equipamentos adequados.
3. **Cobertura e Logística:** Eficiência na execução das rondas e monitoramento das áreas do evento.
4. **Conclusão:** Com base na análise técnica e econômica, a solução escolhida consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância e segurança patrimonial, que apresenta o melhor equilíbrio entre qualidade, custo e confiabilidade, atendendo plenamente às necessidades do evento e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e

a Lei nº 14.967/2024, promovendo eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

4. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. No âmbito da organização administrativa e do planejamento da contratação, foram formalmente instituídas a Comissão de Contratação e a Equipe de Planejamento da Contratação, por meio da Portaria nº 188, de 23 de setembro de 2025 ([0064208377](#)), assegurando a definição de responsabilidades, a segregação de funções e o suporte técnico e administrativo necessário à fase preparatória do processo de contratação.

4.2. Também foram constituídas a Comissão Organizadora, a Comissão Executora e as Comissões de Gestão e Fiscalização dos eventos da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme disposto na Portaria nº 210, de 05 de novembro de 2025 ([68435255](#)), garantindo a estrutura organizacional necessária à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização das contratações relacionadas ao evento.

4.3. Como medida de fortalecimento da capacidade administrativa e do controle da execução, a equipe designada foi devidamente capacitada para atuação nas fases de planejamento, contratação e acompanhamento contratual, especialmente no que se refere às atribuições de gestão, fiscalização, registro de ocorrências e observância das normas aplicáveis às contratações públicas.

4.4. No mesmo sentido, o Controle Interno da SEAGRI promoveu a padronização de modelos de documentos e fluxos processuais, com vistas a conferir maior uniformidade, celeridade e segurança jurídica à instrução dos processos administrativos, contribuindo para a mitigação de riscos formais e operacionais durante a tramitação da contratação.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:

5.1. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, haja visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/21.

6. DAS GARANTIAS:

6.1. **Haverá** exigência de prestação de garantia nas contratações, conforme Art. 96, §1º I da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. ([Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023](#))

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

6.2. A empresa contratada deverá optar por uma das modalidades de garantia prevista em lei, no valor de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, devendo ser comprovada sua realização dentro do prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da homologação, conforme o art. 98 da Lei nº 14.133/2021, para fins de garantir a fiel execução do contrato; o cumprimento de todas as obrigações contratuais; o pagamento de multas e indenizações devidas ao contratante.

1. **No Caso caução em dinheiro:** Deverá ser depositado em conta bancária específica do Banco do Brasil, a ser indicada pela contratante, em favor da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) – CNPJ 03.682.401/0001-67.

2. **No caso de caução com títulos da dívida pública:** Estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual se informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.
 3. **No caso da opção pelo seguro garantia:** O seguro será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade habilitada em funcionamento no país, em nome da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), cobrindo o risco de quebra do contrato e obrigações trabalhistas e previdenciárias. A apólice deverá exceder o prazo de vigência do contrato em 3 (três) meses. A contratada deverá providenciar a prorrogação do seguro por toda a duração do contrato, independentemente de notificação da SEAGRI, sob pena de rescisão contratual.
 4. **No caso de fiança bancária:** Deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, com validade por toda a duração do contrato. A contratada deverá providenciar a prorrogação da fiança por toda a duração do contrato, independentemente de notificação da SEAGRI, sob pena de rescisão contratual. A fiança deverá conter expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
 5. **No caso de Título de Capitalização:** O licitante poderá optar pela apresentação de título de capitalização, custeado por pagamento único, como garantia de execução contratual, em conformidade com a Lei nº 14.770, de 2023, onde o título de capitalização deverá ser emitido por instituição financeira autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em favor da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) – CNPJ 03.682.401/0001-67.
- 6.3. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.
- 6.4. A administração pública mantém essa garantia até o término do contrato, para o cumprimento das obrigações, podendo ser acionado em caso de inadimplemento das obrigações contratuais estabelecidas, onde a Administração poderá executar a garantia, utilizando o valor para cobrir os prejuízos causados pelo não cumprimento das obrigações contratuais, visando assegurar o contrato por se tratar de grande relevância ou complexidade. Nesse sentido, visando evitar os riscos de desistência como ocorrido na 11ª edição do evento, no ano de 2024 através do processo administrativo nº [0025.004620/2023-34](#), onde a empresa vencedora do pregão eletrônico desistiu e comprometeu a execução do serviço, conforme mencionado na Informação nº 60/2024/SEAGRI-RRS ([0049863988](#))
- 6.5. A liberação da garantia ocorrerá ao final da execução contratual, após verificação do cumprimento de todas as condições acordadas, onde a contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a liberação e/ou devolução da garantia.
- 6.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 6.7. A CONTRATADA deverá ainda, garantir os serviços prestados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do Termo de referência e seus anexos, demais aplica-se no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei 8078/90, de 11 de setembro de 1990;

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE GARANTIA: A exigência de garantia na contratação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, abrangendo serviços diurnos e noturnos, é fundamental para assegurar a execução correta do contrato e proteger a Administração Pública contra inadimplemento e eventuais prejuízos. Essa exigência mostra-se ainda mais necessária em razão de ocorrências registradas em contratações anteriores, nas quais houve desistências e falhas na execução dos serviços de segurança, comprometendo a regularidade das atividades e gerando transtornos operacionais significativos.

7. **AMOSTRAS:**

- 7.1. Não há exigência para a entrega de amostras.

8. **DAS JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. **JUSTIFICATIVA:**

8.1.1. O Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado no município de Ji-Paraná, em Rondônia, é o local que sedia a Rondônia Rural Show Internacional, considerada a maior feira do setor agropecuário da região Norte e de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social do Estado. O evento reúne órgãos públicos, instituições financeiras, empresários, agricultores e produtores de diversos portes, configurando-se como um espaço estratégico para o fortalecimento do agronegócio, a promoção de parcerias e a geração de negócios. A edição de 2025, por exemplo, movimentou cerca de R\$ 5,1 bilhões, demonstrando o impacto expressivo dessa feira na economia estadual.

8.1.2. Diante dessa dimensão, o evento exige uma estrutura organizacional ampla e eficiente, capaz de garantir a segurança de todos os participantes e a proteção dos bens públicos e privados envolvidos. Por ser uma área extensa, com grande fluxo de pessoas, veículos e equipamentos de alto valor, é necessário um reforço efetivo na vigilância, de modo a assegurar a tranquilidade, a integridade física e o bom andamento das atividades em todo o espaço do evento.

8.1.3. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada em segurança e vigilância torna-se indispensável para atender às demandas específicas da Rondônia Rural Show Internacional. O Estado não dispõe de efetivo suficiente para cobrir integralmente as necessidades de segurança do evento, o que poderia comprometer a proteção do patrimônio e a ordem pública.

8.1.4. Assim, a adoção dessa medida visa garantir a segurança de todos os envolvidos, preservar o patrimônio público e privado e contribuir para o pleno êxito da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, em conformidade com o interesse público e com o compromisso do Estado de promover um ambiente seguro e organizado.

8.2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:**

8.2.1. A contratação de uma empresa especializada em segurança e vigilância para a 13ª Rondônia Rural Show Internacional é medida essencial, dada a natureza do evento e a necessidade de proteger tanto o patrimônio público quanto a segurança das pessoas envolvidas.

8.2.2. O evento reúne um valioso conjunto de bens patrimoniais, como equipamentos eletrônicos, veículos de diversos portes, ferramentas, implementos agrícolas e sistemas de energia. Além disso, conta com a presença de expositores e empresários que trazem seus próprios ativos. Diante disso, torna-se indispensável garantir a integridade desses bens durante todo o período de realização.

8.2.3. A grande circulação de pessoas, entre servidores, expositores e visitantes — exige uma estrutura de segurança eficaz, capaz de assegurar a integridade física e o bem-estar de todos no Centro Tecnológico Vandeci Rack. A atuação de profissionais especializados contribui para prevenir incidentes e manter um ambiente seguro e organizado.

8.2.4. Considerando a ampla extensão da área do evento, é fundamental contar com um número adequado de vigilantes treinados e equipados. O uso de motocicletas nas rondas permite uma cobertura mais ágil e eficiente, garantindo pronta resposta a qualquer ocorrência.

8.2.5. Além da vigilância ostensiva em evento sociais e da proteção patrimonial, a empresa contratada exerce papel importante na prevenção e no atendimento a situações de emergência, como incêndios ou outros incidentes que possam comprometer a segurança e o andamento das atividades. Sua capacidade de resposta imediata e de articulação com os órgãos competentes é essencial para mitigar riscos.

8.2.6. Dessa forma, a contratação dos serviços de segurança e vigilância tem por objetivo proteger o evento, o patrimônio público e particular, bem como preservar a integridade das pessoas, assegurando um ambiente seguro e tranquilo durante a realização do evento.

8.3. **JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO:**

8.3.1. A feira de agronegócios realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná, é um dos maiores da região Norte, reunindo produtores, expositores, investidores e visitantes de diversas partes do Brasil e do exterior. Pela sua magnitude e pela grande concentração de público, torna-se indispensável a adoção de medidas robustas de segurança para garantir a integridade física dos participantes, a preservação dos bens públicos e privados e a manutenção da ordem.

8.3.2. Diante da dimensão e da relevância dessa feira, a contratação de uma empresa especializada em segurança e vigilância é essencial para reforçar a segurança pública. O elevado fluxo de pessoas em um mesmo espaço aumenta o risco de incidentes, como furtos, roubos, tumultos ou outras situações que possam comprometer a integridade dos presentes. A presença de uma equipe treinada e equipada permite o monitoramento constante e a resposta imediata a qualquer ocorrência, contribuindo para um ambiente mais seguro e controlado.

8.3.3. O evento conta com uma ampla exposição de bens de alto valor, incluindo maquinários agrícolas, veículos, produtos tecnológicos e equipamentos diversos. Além disso, há estruturas temporárias e stands que necessitam de vigilância contínua contra danos e vandalismo. A atuação da empresa contratada garantirá a proteção desses bens, evitando prejuízos tanto para os expositores quanto para o Estado.

8.3.4. Embora as forças de segurança pública, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, atuem no local, a complexidade e o porte da feira demandam apoio complementar. A empresa especializada trabalhará de forma integrada com esses órgãos, auxiliando no controle de acesso, na vigilância de áreas estratégicas e na manutenção da ordem, sem sobrecarregar os recursos públicos.

8.3.5. A medida também atende à responsabilidade legal e social do Estado de zelar pela segurança dos cidadãos e pela integridade dos eventos que promove. Está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem a administração pública, configurando uma despesa necessária e plenamente justificada pelo interesse público, voltada à proteção dos participantes, dos bens envolvidos e ao cumprimento do dever estatal de garantir o bem-estar e a segurança coletiva.

9. **DAS ESTIMATIVAS DA CONTRATAÇÃO:**

9.1. **Das Estimada das Quantidades:**

9.2.

LOTE 01: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em evento sociais ostensiva, com serviços diurnos e noturnos e motorizados.						
ITEM	Código Catálogo CATMAT	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade de vigilantes	Quantidade de dias	Quantidade total de diárias
01	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	14	84
02	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	14	84
03	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66
04	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66
05	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132
06	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132
07	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36
08	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36
09	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36

LOTE 01: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em evento sociais ostensiva, com serviços diurnos e noturnos e motorizados.						
10	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36
11	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	30	06	180
12	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	06	72
13	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	06	108
14	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	06	108
15	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14
16	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14
17	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18
18	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18
19	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24
20	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24
21	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	06	36
22	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no	Diária	06	06	36

LOTE 01: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em evento sociais ostensiva, com serviços diurnos e noturnos e motorizados.					
		período de 01 à 06/06/2026, sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.			

*Catálogo de Materiais – CATMAT (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos; <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

9.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO:

9.3.1. A estimativa dos serviços de vigilância e segurança patrimonial foi baseada em um levantamento das edições anteriores da Rondônia Rural Show Internacional e da Rondoleite, considerando o número de visitantes e o volume de negócios gerados. Esses dados serviram como referência para dimensionar a quantidade de equipes necessárias para a vigilância preventiva e ostensiva, com atuação nos períodos diurno e noturno, nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado no km 333 da BR-364, a 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici-RO.

Processo SEI	Quantidade (diárias)	Descrição	Ano	Nota de Empenho
0025.328503/2021-00	39 (25/04/2022 até 02/06/2022)	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Vigilância e Segurança, Patrimonial Preventiva e Ostensiva armada diurna/noturna	2022	NE. 2022NE000213 (0028216962)
0025.071300/2022-17	41 (24/04/2023 até 03/06/2023)	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, PATRIMONIAL PREVENTIVA E OSTENSIVA DIURNA/NOTURNA (DESARMADA), 24 (vinte e quatro) horas por dia	2023	NE.2023NE000256 (0037657954)
0025.003393/2023-20	31 (01/05/2024 até 31/05/2024)	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos	2024	NE. 2024NE000203 (0048159626)
0025.002478/2024-71	41 (28/04/2025 até 07/06/2025)	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos	2025	NE. 2025NE000165 (0059216143)

9.3.2. A feira tem apresentado crescimento constante a cada ano, tanto no número de visitantes quanto no volume de negócios. Com isso, o Estado tem investido continuamente na ampliação das infraestruturas, garantindo a realização do evento com qualidade e segurança. A seguir, apresentamos um resumo das edições anteriores e as estimativas para 2026:

Descrição	Evento 2022	Evento 2023	Evento 2024	Evento 2025	Previsto 2026

N.º de visitantes	240.000	260.000	280.000	440.000	500.000
-------------------	---------	---------	---------	---------	---------

9.3.3. Vale ressaltar que, na 12ª edição da Rondônia Rural Show Internacional, foi registrado um volume de negócios da ordem de R\$ 5,1 bilhões, representando um recorde histórico para o evento. Em comparação, a 11ª edição alcançou R\$ 4,4 bilhões, evidenciando um crescimento expressivo.

9.3.4. Esse aumento no volume de transações reflete a expansão contínua da feira, tanto em número de expositores quanto em público visitante, o que eleva proporcionalmente a necessidade de reforço nas medidas de segurança e vigilância patrimonial. Assim, a presente contratação e as respectivas estimativas de quantitativos encontram-se devidamente justificadas, em consonância com os princípios da eficiência, razoabilidade e planejamento que regem a Administração Pública.

9.4. **Da Estimativa do valor da contratação:**

9.4.1. O cálculo do valor foi realizado com base em pesquisa de mercado detalhada e consultas a fornecedores qualificados, considerando preços praticados na região e serviços equivalentes. Os dados obtidos foram organizados e analisados no quadro comparativo apresentado, permitindo identificar a melhor relação entre custo, qualidade e eficiência. A metodologia adotada assegura transparência, economicidade e fundamentação técnica na definição do valor, conforme detalhado na tabela a seguir:

LOTE 01: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos					
FONTE	DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade total de diárias	Preço Estimado (unidade)	Valor Total
01	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Fixos e Motorizados em evento sociais Diurno , no período de 27/04/2025 à 06/06/2026 .	Diária	734	R\$ 587,52	R\$ 431.239,68
02	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Fixos e Motorizados em evento sociais Noturno , no período de 27/04/2025 à 06/06/2026 .	Diária	626	R\$ 600,47	R\$ 375.894,22
VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS NO PERÍODO 27/04/2026 a 06/06/2026:					R\$ 807.133,9

Fonte: Cotação Banco de Preços nº [0065790898](#), Processo nº [0025.002994/2025-87](#).

9.4.2. A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com base na Cotação Banco de Preços ([0065790898](#)), vinculada ao Processo nº [0025.002994/2025-87](#), bem como nos quantitativos e períodos de execução definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

9.4.3. Inicialmente, foram considerados os valores unitários médios apurados na referida cotação, correspondentes a R\$ 470,02 por vigilante/dia para o serviço diurno e R\$ 480,38 por vigilante/dia para o serviço noturno. Com o objetivo de adequar tais valores às condições efetivamente praticadas no mercado, às especificidades operacionais do evento, bem como aos encargos indiretos inerentes à execução dos serviços de vigilância em eventos de grande porte, foi aplicado acréscimo de 25% sobre os valores de referência.

9.4.4. Após o ajuste, os valores unitários estimados passaram a ser de R\$ 587,52 por vigilante/dia (serviço diurno) e R\$ 600,47 por vigilante/dia (serviço noturno).

9.4.5. Para o cálculo do valor global estimado, procedeu-se à quantificação das diárias a partir da multiplicação da quantidade de vigilantes pela quantidade de dias de prestação dos serviços previstos em cada item do Lote 01. As diárias foram posteriormente agrupadas por categoria, considerando-se separadamente os serviços diurnos e noturnos.

9.4.6. Dessa forma, obteve-se o quantitativo total de 734 (setecentas e trinta e quatro) diárias de serviços diurnos e 626 (seiscentas e vinte e seis) diárias de serviços noturnos. Aplicando-se os respectivos valores unitários estimados, chegou-se aos seguintes montantes:

- Serviços Diurnos: 734 diárias × R\$ 587,52 = R\$ 431.239,68

- Serviços Noturnos: 626 diárias × R\$ 600,47 = R\$ 375.894,22

9.4.7. Assim, o valor total estimado da contratação, para o período de 27/04/2026 a 06/06/2026, corresponde a **R\$ 807.133,90 (oitocentos e sete mil, cento e trinta e três reais e noventa centavos)**.

10. **LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

10.1. Para atender à necessidade de vigilância e segurança patrimonial antes, durante e após a 13ª Rondônia Rural Show Internacional, foram avaliadas as soluções disponíveis no mercado, considerando fornecedores, prestadores de serviço, experiências de contratações realizadas por outros órgãos públicos e eventos similares.

10.2. O mercado oferece ampla variedade de empresas especializadas em segurança privada, com atuação em vigilância patrimonial, eventos de grande porte e monitoramento eletrônico. Há disponibilidade de empresas locais, regionais e nacionais, com expertise comprovada em eventos similares, incluindo contratações realizadas pela SEAGRI em 2025 durante a 12ª edição da Rondônia Rural Show Internacional, nas quais participaram 6 (seis) empresas especializadas, conforme consta no Termo de julgamento de sessão ([0058798297](#)) presente no processo nº [0025.002478/2024-71](#). Não foram identificadas restrições de mercado que impeçam ampla competitividade, desde que as especificações técnicas sejam descritas de forma objetiva.

10.3. **Soluções analisadas:**

10.3.1. **Solução 01 – Parceria com a Polícia Militar**

10.3.1.1. A parceria com a Polícia Militar apresenta como vantagens a autoridade legal inquestionável, capacidade de resposta rápida e utilização de recursos estaduais já disponíveis. No entanto, essa alternativa apresenta limitações quanto à cobertura total do evento, flexibilidade operacional e escalabilidade de profissionais, além de depender da disponibilidade do efetivo para o período completo da feira, o que pode comprometer a continuidade da segurança patrimonial.

10.3.2. **Solução 02 – Contratação Fragmentada ou Parcial dos Serviços de Vigilância e Segurança**

10.3.2.1. A terceira alternativa analisada consistiu na contratação fragmentada dos serviços de vigilância e segurança, mediante a divisão do objeto em múltiplos lotes e contratos distintos, tais como: vigilância diurna, vigilância noturna, postos fixos ou rondas motorizadas, podendo cada frente de serviço ser executada por empresas diferentes.

10.3.2.2. Embora essa alternativa seja tecnicamente possível, sua adoção mostrou-se menos vantajosa sob os aspectos operacional, gerencial e de segurança, tendo em vista que a fragmentação da contratação acarretaria pulverização de responsabilidades, dificuldade de coordenação entre equipes distintas e maior risco de falhas na comunicação e na continuidade da vigilância, especialmente em um evento de grande porte, com funcionamento ininterrupto e elevado fluxo de pessoas, veículos e bens de alto valor.

10.3.3. **Solução 03 – Contratação de empresa especializada em segurança privada para execução integral dos serviços**

10.3.3.1. Esta solução prevê a contratação de empresa especializada para execução integral do objeto, **com equipe completa de vigilantes, veículos, equipamentos e protocolos de segurança para cobertura total do evento**. Além de oferecer expertise técnica comprovada, essa alternativa permite escalabilidade, cobertura ininterrupta, responsabilidade contratual bem definida e recursos adequados para prevenção e resposta a incidentes. Essa solução foi considerada a mais adequada, pois atende plenamente às necessidades de segurança do público, do patrimônio e da infraestrutura do evento.

10.4. **Solução escolhida:**

10.4.0.1. Após análise das opções, a equipe técnica identificou que a contratação de empresa especializada em segurança privada para execução integral dos serviços é a solução mais vantajosa para a Administração. Esta alternativa garante cobertura completa, flexibilidade operacional, rápida resposta a incidentes e utilização de recursos adequados, assegurando a proteção de participantes, expositores, servidores e patrimônio público. Além disso, atende aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e à legislação vigente em segurança privada (Lei nº 14.967/2024), promovendo eficiência, economicidade e eficácia na execução do evento.

11. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

11.1. A presente contratação tem por objetivo a contratação dos serviços de Vigilância e Segurança para garantir segurança por 24 horas ininterruptas, de forma preventiva e ostensiva em eventos sociais, tanto diurna quanto noturna, assegurando a continuidade das atividades. Busca-se também garantir a fiscalização e o controle de acesso de pessoas, veículos e bens materiais, bem como a realização de rondas nas áreas internas durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite.

11.2. Diante os requisitos da contratação destacamos:

1. **Licenciamento e Autorizações Legais:** A empresa contratada deverá apresentar todas as licenças e autorizações necessárias para operar legalmente na área de segurança privada, em estrita conformidade com a Lei nº 14.967/2024 e suas emendas. Isso engloba o registro junto à Polícia Federal e outras instâncias competentes.
2. **Experiência e Capacidade Técnica:** É essencial que a empresa de segurança demonstre experiência prévia na prestação de serviços de segurança em eventos de grande porte, validando sua competência técnica e operacional.
3. **Certificações e Treinamento Contínuo:** Todos os profissionais de segurança a serem designados para o evento devem possuir certificações válidas, em estrita conformidade com as regulamentações locais e federais. Além disso, eles devem participar de treinamento contínuo para garantir o estrito cumprimento das normas de segurança e conduta.
4. **Veículos e Equipamentos:** A contratada deverá disponibilizar veículos do tipo carros de passeio e motocicletas identificados (adesivado com a logo da empresa) para a realização de rondas no perímetro interno e externo do Centro Tecnológico Vandeci Rack. É de responsabilidade da contratada arcar com as despesas de combustível, manutenção, taxas e registros dos veículos.
5. **Jornada de Trabalho e Descanso:** Deverá ser rigorosamente observada a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso, conforme estabelecido pela legislação vigente, pela Convenção Coletiva de Trabalho e pela Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região. Durante os períodos de alimentação, a cobertura do posto será garantida por meio da substituição adequada.

11.3. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

11.3.1. A presente contratação não adotará o parcelamento do objeto, tendo em vista que os serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva em eventos sociais, **configuram-se como uma solução única, integrada e tecnicamente interdependente**, a ser executada de forma contínua, coordenada e ininterrupta, em turnos diurnos e noturnos, durante todas as fases da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite.

11.3.2. Embora seja possível identificar diferentes modalidades operacionais dentro do escopo, tais como postos fixos e rondas motorizadas, tais atividades não possuem autonomia funcional, devendo atuar de forma sinérgica, padronizada e sob comando unificado, de modo a garantir a efetividade da segurança, a pronta resposta a ocorrências e a preservação da integridade física das pessoas e do patrimônio público e privado envolvido.

11.3.3. Sob o aspecto técnico, o parcelamento do objeto entre diferentes empresas acarretaria fragmentação da execução, riscos de falhas na comunicação, divergências de procedimentos operacionais e dificuldade na definição clara de responsabilidades em situações críticas, como furtos, roubos, incêndios, tumultos ou emergências que exijam atuação imediata e coordenada. A segurança de um evento de grande porte, com funcionamento contínuo e elevado fluxo de pessoas e bens, exige unidade de comando, padronização de protocolos e responsabilidade técnica centralizada, o que somente é assegurado com a execução integral do objeto por uma única empresa especializada.

11.3.4. Do ponto de vista operacional e gerencial, a contratação parcelada resultaria em aumento da complexidade administrativa, com multiplicidade de contratos, escalas distintas, diferentes supervisões e maior esforço de fiscalização por parte da Administração, elevando o risco de descontinuidade dos serviços e de inconsistências na execução. A centralização contratual, ao contrário, proporciona maior eficiência na gestão, clareza na fiscalização e melhor controle da execução contratual.

11.3.5. Sob o aspecto econômico, a execução integral do objeto por uma única contratada favorece a racionalização de custos, a otimização de recursos humanos e logísticos e a redução de custos indiretos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos, assegurando maior vantagem para a Administração, sem prejuízo à competitividade do certame.

11.3.6. Dessa forma, o não parcelamento do objeto encontra respaldo no art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

11.3.7. Conclui-se, portanto, que o não parcelamento da contratação atende plenamente ao interesse público, assegurando execução integrada, eficiência operacional, segurança técnica, economicidade e efetividade na proteção das pessoas, bens e instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack durante a realização do evento, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar.

11.4. **Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

11.4.1. Os elementos listados no Documento de Oficialização de Demanda 44 ([0064208372](#)) estão relacionados entre si e, no contexto da aquisição planejada, eles demonstram uma interdependência significativa para a solução desejada.

11.5. **MODALIDADE DA LICITAÇÃO:**

11.5.1. Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O artigo 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021 define pregão como a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

11.6. **MODO DE DISPUTA:**

11.6.1. Aberto, conforme art. 56 Inciso I da Lei 14.133/2021.

O art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, no contexto da fase de lances em processos licitatórios, o modo de disputa poderá ser aberto, onde os licitantes apresentam propostas por meio de lances públicos e sucessivos, ou fechado, com propostas mantidas em sigilo até a divulgação.

11.7. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

11.7.1. Tendo como critério de Julgamento: **MENOR PREÇO por LOTE**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 33, Inciso I da Lei 14.133/2021.

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

11.8. **Justificativas para a escolha por menor preço por lote:**

11.8.1. A escolha pelo julgamento por lote se justifica em razão da natureza homogênea e integrada dos serviços de vigilância, que exigem coordenação centralizada, padronização de procedimentos e atuação contínua em todas as áreas do evento. A execução por uma única empresa possibilita maior eficiência operacional, unidade de comando e padronização das ações preventivas e ostensivas, garantindo a segurança de pessoas, bens e estruturas de forma uniforme e ininterrupta.

11.8.2. Além disso, a logística inerente a esse tipo de serviço — que envolve turnos diurnos e noturnos, controle de acessos, rondas e pronta resposta — torna inviável ou de difícil gestão a divisão da execução entre múltiplas empresas, pois isso acarretaria riscos de falhas de comunicação, descontinuidade operacional e perda de controle sobre as equipes e responsabilidades. Assim, a execução integral do objeto por uma única contratada assegura maior confiabilidade, eficiência e segurança durante todo o período do evento.

11.8.3. Sob o aspecto econômico, o critério de menor preço por lote permite à Administração alcançar a proposta mais vantajosa, com melhor relação custo-benefício, garantindo o atendimento integral das necessidades do evento com otimização de recursos públicos e redução de custos indiretos.

11.8.4. A adoção desse critério também reforça a objetividade, transparência e segurança jurídica do certame, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando que o julgamento ocorra com base em parâmetros claros, objetivos e alinhados ao interesse público.

11.9. **CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

11.9.1. A presente contratação não possui caráter continuado, uma vez que se refere à prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial de forma temporária e específica, destinada exclusivamente à realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite, no Centro Tecnológico Vandeci Rack. Assim, trata-se de uma intervenção pontual, limitada ao período de execução do evento, não demandando a manutenção dos serviços após o seu encerramento.

11.9.2. O objetivo é garantir a segurança patrimonial e pessoal durante todas as fases do evento, abrangendo o controle de acesso, rondas preventivas e vigilância ostensiva, assegurando a integridade das instalações, equipamentos, expositores e visitantes.

11.9.3. Dessa forma, a contratação não se enquadra como de natureza continuada, conforme definição do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços não se prolongam no tempo após a conclusão do evento.

11.10. **Das Propostas:**

A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação, sendo vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites nela fixados, nos termos do art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos de aceitabilidade que a Administração considerar pertinentes para a adequada análise da oferta.

A Administração poderá, a qualquer tempo durante o procedimento licitatório, especialmente nas fases de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, relativas à oferta e à conformidade do objeto licitado, com fundamento no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

As diligências poderão consistir, a critério da SEAGRI, na solicitação de documentos complementares, declarações adicionais, justificativas técnicas, memoriais descritivos, fotografias, especificações técnicas detalhadas ou, ainda, na realização de vistoria/inspeção in loco nas instalações de fabricação, produção ou armazenamento do licitante ou fornecedor, sendo certo que o não atendimento tempestivo às solicitações poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, em observância ao princípio da continuidade do objeto e da seleção da proposta mais vantajosa.

12. LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

12.1. Do Local/Horário da entrega:

12.1.1. O serviço será prestado do dia **15/05/2026** a **06/06/2026** na área do Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack- Ji-Paraná/RO, localizada no Km 333 da BR 364, 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

12.1.2. Horário: Posto de vigilância, 24 horas ininterruptas, com Escala de Trabalho: 12x36 horas, diariamente de SEGUNDA a DOMINGO (Inclusive nos Feriados), considerando que as trocas dos turnos de trabalho sempre ocorrerão às 08h00min da manhã e às 20h00min da noite.

12.1.3. Da substituição do Vigilante no Intervalo para Almoço:

12.1.4. Deverá ser rigorosamente observada a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso, conforme estabelecido pela legislação vigente, pela Convenção Coletiva de Trabalho e pela Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região. Durante os períodos de alimentação, a cobertura do posto será garantida por meio da substituição adequada.

12.2. Do Prazo de Entrega:

12.2.1. Os serviços de vigilância deverão ser executados em estrita observância às datas, turnos (diurno/noturno) e quantitativos de vigilantes indicados na tabela abaixo. Devendo também ser atendidas as especificações técnicas e demais condições presentes no Termo de Referência.

12.3. Do Cronograma de Entrega/Execução:

12.3.1. Os serviços de vigilância deverão ser executados em estrita observância às datas, turnos (diurno/noturno) e quantitativos de vigilantes indicados na tabela abaixo. Devendo também ser atendidas as especificações técnicas e demais condições presentes neste estudo técnico preliminar, além das que serão detalhadas no futuro Termo de Referência.

Item	Especificação	Período de utilização dos itens
01	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
02	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 15/05 à 28/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
03	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
04	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	16/05/2026 a 28/05/2026
05	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
06	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 16 à 26/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	16/05/2026 a 28/05/2026
07	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
08	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	22/05/2026 a 24/05/2026
09	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
10	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	22/05/2026 a 24/05/2026
11	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
12	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	25/05/2026 a 30/05/2026
13	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
14	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	25/05/2026 a 30/05/2026
15	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026

Item	Especificação	Período de utilização dos itens
16	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	31/05/2026
17	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
18	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	31/05/2026
19	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
20	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	01/06/2026 a 06/06/2026
21	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026
22	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	01/06/2026 a 06/06/2026

12.4. **Do Acompanhamento da Contratação:**

12.4.1. A entrega do lote 1 deverá ocorrer de acordo com as especificações do Termo de Referência e do Edital de Licitação, de forma **integral**. Os serviços serão fiscalizados pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), composta para este fim, conforme Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025 ([68435255](#)). A entrega ocorrerá no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR 364, a 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

12.4.2. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

12.4.3. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos

12.4.4. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

12.5. **Das condições de Recebimento:**

12.5.1. **Recebimento Provisório:**

12.5.1.1. No ato da entrega para posterior verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações estabelecidas no Termo de Referência. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal.

12.5.2. **Recebimento Definitivo:**

12.5.2.1. Em até **05 (cinco)** dias úteis para verificação das conformidades dos produtos/serviços com as especificações contidas no Termo de Referência, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto e consequente aceitação;

12.5.2.2. Cabe ressaltar que tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo não eximem a empresa fornecedora das responsabilidades civis relativas à qualidade e segurança do produto entregue, nem da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução da entrega, conforme previsto em lei.

12.5.3. **Nota Fiscal:**

12.5.3.1. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento. Deverá ser emitida em nome da Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI, CNPJ - 03.682.401/0001-67, Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 3º Andar, ou conforme orientado formalmente pela contratante.

• **Resumo Detalhado do Recebimento:**

Etapas	Prazo	Responsável
Entrega dos itens	A execução dos serviços deverá ocorrer em estrita conformidade com os períodos de utilização e quantitativos de vigilantes estabelecidos no subitem 6.5.4 “Do Prazo de Entrega” deste Estudo Técnico Preliminar	Contratada
Recebimento Provisório	No ato da entrega	Comissão de Fiscalização
Recebimento Definitivo	Até 5 dias úteis após o Recebimento Provisório	Comissão de Fiscalização
Liquidação da Despesa	Após Recebimento Definitivo	SEAGRI
Pagamento	Será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis	SEAGRI

13. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida através de Certificado de Curso de Formação de Agente de Vigilância para eventos de grande porte, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

13.2. Implantar, imediatamente, após o recebimento da ordem de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos postos relacionados de vigilância conforme cronograma.

13.3. Fornecer uniformes e seus complementos, conforme a seguir descrito, de acordo com a necessidade:

1. Calça;
2. Camisa de mangas compridas e curtas;
3. Cinto de nylon
4. Sapatos
5. Meias;
6. Quepe com emblema;
7. Jaqueta de frio ou japona;
8. Capa de chuva;
9. Crachá contendo a identificação;

10. Livro de ocorrência;
11. Cassetete;
12. Porta cassetete;
13. Apito;
14. Cordão de apito;
15. Lanterna;
16. Pilha para lanterna;
17. Capacete.

13.4. Equipamentos e materiais tais como equipamentos de intercomunicação, lanternas e pilhas, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências.

13.5. Os materiais e equipamentos a seguir reportam-se individualmente por vigilante no serviços, devendo ser considerado o tipo de posto estabelecido no item 7 (estimativa das quantidades a serem contratadas) deste estudo técnico preliminar.

MATERIAIS/EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Cassetete/Tonfa/Bastão	1 unidade
Porta Cassetete	1 unidade
Lanterna 3 pilhas	1 unidade
Pilhas para lanterna	2 vezes a capacidade da lanterna
Rádio de comunicação tipo HT	No mínimo de 10 (dez) unidades

13.6. A contratada deverá disponibilizar veículos motocicletas e carros personalizados com a identificação visual da empresa contratada. Os veículos deverão conter adesivos com os dizeres "A serviço da Rondônia Rural Show". As quantidades por período deverão ser conforme a seguir:

ITEM	PERIODO	QUANTITIVOS
01,02	27/04/2026 a 10/05/2026	01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas;
05,06, 09 e 10	11/05/2026 a 24/05/2026	02 carros (tipo viatura) e 10 motocicletas;
13, 14, 17 e 18	25/05/2026 a 31/05/2026	03 carros (tipo viatura) e 15 motocicletas;
21 e 22	01/06/2026 a 06/06/2026	01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.

13.7. Os veículos deverão ser utilizados para realização de rondas no perímetro interno e externo (ruas internas da área, ruas de acessos, galpões e quaisquer outras instalações que venham a ser construídas no Centro Tecnológico Vandeci Rack). É de responsabilidade da contratada arcar com as despesas de combustível, manutenção, taxas e registros dos veículos.

13.8. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste estudo técnico preliminar e futuro termo de referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

13.9. Aceitos os serviços, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

13.10. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

14. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

14.1. Até a presente data, a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) informa que a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos não está contemplada no Plano de Contratações Anual vigente para o exercício de 2026.

14.2. Entretanto, informamos que a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos será incluída no Plano de Contratações Anual de 2026, ano em que a feira ocorrerá. Esse plano encontra-se em fase de elaboração, conforme Processo nº [0025.002223/2025-90](#) e Declaração ([0064208386](#)).

14.3. A SEAGRI reafirma seu compromisso com a boa governança e com o aprimoramento contínuo das práticas de planejamento, assegurando que serão adotadas todas as medidas necessárias para a publicação do PAC/2026. O novo plano refletirá de forma fiel as demandas e prioridades institucionais, fortalecendo a transparência e a eficiência nas contratações públicas.

14.4. **ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL:**

14.4.1. Está previsto no Planejamento Estratégico do Estado de Rondônia (2024–2027) ([0065637988](#)) o compromisso com a modernização administrativa e o aprimoramento da gestão pública, visando ampliar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e na vigilância ostensiva em evento sociais, em turnos diurnos e noturnos, está em conformidade com as diretrizes estratégicas do Estado, ao garantir a proteção do patrimônio público, a segurança das pessoas e a continuidade das atividades institucionais em ambiente seguro e controlado.

14.4.2. A medida reforça o compromisso governamental com a eficiência administrativa, a preservação do patrimônio e a adoção de práticas preventivas que asseguram a integridade física e patrimonial nos espaços públicos, contribuindo diretamente para a melhoria da gestão e para o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estadual.

14.5. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

15. **SUBCONTRATAÇÃO:**

15.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado, nos termos do §2º, do art. 122, da [Lei Nº 14.133/2021](#);

16. **APLICAÇÃO DA COTA 25% PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP:**

16.1. Quanto à aplicação do benefício do Art. 8º do Decreto nº 21.675 de 03 de março de 2017, para fins de participação na licitação com cota de até 25% para contratação de Micro empresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, entendemos não ser cabível nesta contratação, considerando que a norma informa: "Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto..." O que não é o caso do nosso objeto por tratar-se de contratação de serviços.

17. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:**

17.1. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte ou execução técnica complexa, devendo ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do art. 33, da Lei Federal N. 14.133/2021. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimo de habilitação do edital.

18. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE COOPERATIVA:**

18.1. Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, admite-se, em regra, a participação de sociedades cooperativas em procedimentos licitatórios, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.

18.2. Todavia, no caso da presente contratação, que envolve a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial de forma contínua, com exigência de atuação presencial, habitual e subordinada à organização operacional do serviço, verifica-se incompatibilidade com o regime jurídico das cooperativas.

18.3. Isso porque a execução do objeto demanda pessoalidade, habitualidade e subordinação na prestação dos serviços, características que se aproximam de vínculo típico de emprego, não se coadunando com a natureza cooperativista.

18.4. Nesse contexto, e em conformidade com o entendimento consolidado dos órgãos de controle, notadamente o PARECER nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, fica **vedada** a participação de cooperativas na presente contratação.

19. **DA EXCLUSÃO DE PESSOA FÍSICA:**

Têm-se como certo a exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação, conforme artigo 34 inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, fazendo o paralelo, não se aplica, pois a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado no presente estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

20. **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

20.1. A contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado de Rondônia, com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e com a Lei nº 14.133/2021.

20.2. Para a execução dos serviços, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, em alinhamento com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU e demais normas aplicáveis.

20.3. Deverá ser exigido que a empresa contratada atue de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho, gestão ambiental e uso racional de recursos. A contratada deverá ser empresa devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024, que dispõe sobre a segurança privada no país.

20.4. Dentre as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à prestação dos serviços, destacam-se:

- Utilização de uniformes e materiais de apoio confeccionados com tecidos ou insumos atóxicos, duráveis e preferencialmente provenientes de fontes sustentáveis.
- Manutenção preventiva e uso racional de veículos e equipamentos, priorizando combustíveis menos poluentes e práticas que reduzam o consumo de recursos naturais.
- Planejamento logístico que reduza deslocamentos desnecessários e emissões de carbono, priorizando, sempre que possível, a contratação de mão de obra local.
- Gerenciamento adequado de resíduos e materiais descartáveis utilizados durante o evento, assegurando o descarte ambientalmente correto conforme a legislação vigente.
- Adoção de medidas que garantam condições seguras e saudáveis de trabalho aos profissionais de segurança, em consonância com as normas trabalhistas e de saúde ocupacional.

20.5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

20.5.1. A execução dos serviços de vigilância e segurança patrimonial não deverá causar impactos negativos ao meio ambiente nem aos direitos humanos. As ações deverão priorizar a prevenção de riscos ambientais e a promoção de práticas sustentáveis, como:

1. Utilização eficiente de recursos e equipamentos com menor impacto ambiental.
2. Planejamento de rondas e deslocamentos de forma a otimizar rotas e reduzir emissões.
3. Destinação adequada de resíduos sólidos gerados durante o evento.
4. Adoção de medidas de conscientização ambiental entre os profissionais envolvidos.

20.5.2. Desse modo, a prestação dos serviços será conduzida em conformidade com as regulamentações e normas ambientais vigentes, garantindo responsabilidade socioambiental e contribuindo para o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade nas contratações públicas.

20.5.3. Com isso, assegura-se que a execução contratual ocorra de maneira ambientalmente responsável, eficiente e em harmonia com os princípios de desenvolvimento sustentável previstos na legislação.

21. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

21.1. A contratação de uma empresa especializada em vigilância e segurança para a 13ª Rondônia Rural Show Internacional é essencial para garantir a proteção de pessoas, bens patrimoniais e a continuidade das atividades do evento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que regula licitações e contratos administrativos. Com a presença de servidores, expositores e visitantes, é necessário assegurar a integridade física e o bem-estar de todos, proporcionando um ambiente seguro e organizado.

21.2. O evento envolve equipamentos, veículos, implementos agrícolas e materiais dos expositores, sendo imprescindível a atuação preventiva e ostensiva da equipe de segurança, tanto diurna quanto noturna, para evitar furtos, depredações ou quaisquer riscos ao patrimônio. A empresa contratada também realiza controle de acesso, rondas e prevenção de emergências, acionando órgãos competentes sempre que necessário.

21.3. Assim, a contratação garante a proteção do patrimônio, a segurança dos participantes e o sucesso da feira, mantendo altos padrões de serviço e ocorrências de sinistros em zero, em total observância à legislação vigente.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (CAPÍTULO IX ART. 188 A 192 DO DECRETO Nº 28.874 QUE REGULAMENTA A LEI 14.133/2021, ART. 141, CAPÍTULO X)

22.1. O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de **30 (trinta) dias úteis** em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

22.2. Vale ressaltar que a realização do pagamento deverá ocorrer exclusivamente após a conclusão e a devida formalização das fases de recebimento provisório e definitivo do objeto contratado, nos termos dos artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar o estrito cumprimento dos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência e do interesse público na execução contratual, evidenciando-se, assim, a conformidade técnica e administrativa da entrega.

22.3. Justificamos ainda que, considerando a complexidade inerente à execução contratual e a obrigatoriedade de observância das etapas formais de recebimento do objeto, **o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido para pagamento mostra-se necessário e proporcional**, uma vez que a Administração Pública deverá cumprir rigorosamente os ritos de conferência, fiscalização e aceite, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar que o objeto contratado atenda integralmente às especificações técnicas e aos critérios de qualidade pactuados, evitando riscos de irregularidades ou pagamentos indevidos.

22.4. Adicionalmente, destaca-se que o período subsequente à realização do evento concentra elevado volume de processos que demandam tramitação sequencial nos setores de liquidação e ordenação da despesa, o que torna imprescindível a fixação de prazo hábil para que todas as etapas sejam devidamente processadas, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e estrita observância aos controles internos e externos da gestão pública.

- a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)
- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

22.5. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

- 22.6. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.
- 22.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001-67 - Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas - CEP 76.801.470 - Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari.
- 22.8. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 22.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 22.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 22.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 22.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 22.13. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 22.14. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.
- 22.15. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.
- 22.16. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \text{ ou } I = (6/100)/365 \text{ ou } I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

23. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

23.1. **Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023
- f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

23.2. **Qualificação Econômico Financeira:**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **2% (dois)** do valor estimado do lote (global) que o licitante estiver participando.
 - b.1) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade do lote em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
 - b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
 - b.3) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

As regras descritas no item b.1 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

23.3. **Justificativa da necessidade de solicitação de qualificação econômico-financeira:**

23.3.1. Será exigido que a empresa apresente o balanço patrimonial de 2% do valor da licitação. Isto é, a comprovação de patrimônio líquido ou capital social no percentual mínimo de 2% do valor estimado da contratação, tendo em vista garantir segurança jurídica para o gestor, para a equipe de planejamento, assim como aos demais agentes públicos que participam do processo criacional, garantindo isonomia e vantagem para a Administração Pública. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, a exigência de habilitação financeira, por meio da apresentação de balanço patrimonial, é um requisito legal que visa assegurar a capacidade econômico-financeira das empresas participantes. Exigir que o balanço patrimonial represente, no mínimo 2% do valor total da licitação, é uma medida crucial para assegurar que a empresa vencedora do pregão possua uma base financeira sólida, minimizando o risco de inadimplência e assegurando a sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. A

comprovação de saúde financeira através do balanço patrimonial também reduz o risco de interrupções durante a execução do contrato, oferecendo maior segurança ao contratante. Empresas que atendem a esse critério demonstram estar preparadas para enfrentar imprevistos e oscilações financeiras, o que diminui significativamente a probabilidade de problemas operacionais, como falta de pessoal, atrasos no pagamento de fornecedores ou descumprimento de prazos. Além disso, a exigência de um balanço patrimonial mínimo como critério de habilitação financeira protege os interesses do contratante, garantindo que os serviços serão entregues conforme o planejado, com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Isso evita interrupções e assegura que a empresa contratada possua estrutura suficiente para honrar seus compromissos, evitando prejuízos ao contratante e à prestação dos serviços essenciais.

23.4. **Relativos à regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

23.4.1. Certidões e atestados de qualificação técnica;

Documentos mínimos exigidos:

1. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
2. Regularidade trabalhista e com a Seguridade Social;
3. Certidão negativa de insolvência civil – equivalente à certidão negativa de falência;
4. Declaração de que atende aos requisitos do edital;
5. Declaração de inexistência de impedimento de licitar ou contratar com a Administração;
6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
7. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
8. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
9. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
11. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
12. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
13. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

23.5. **Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional**

23.5.1. A empresa licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, compatível com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo conter os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, etc.), que comprove a prestação de serviços similares, conforme especificado no Termo de Referência.

23.5.2. Considera-se pertinente e compatível, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, que a licitante demonstre, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo, admitida a apresentação de atestado único ou a soma de atestados concomitantes, desde que, em conjunto, comprovem a execução mínima correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo estimado de vigilantes fixos com atuação em eventos sociais e de vigilantes motorizados com atuação em eventos sociais, conforme especificado nos **itens 11 e 13**, por se tratarem dos itens de maior relevância técnica e operacional do lote, nos termos da legislação aplicável.

23.5.3. Em conformidade com os critérios estabelecidos, a licitante deverá demonstrar experiência compatível, mediante comprovação documental que prestou serviço com no mínimo, **15 (quinze) vigilantes com extensão em eventos sociais e 09 (nove) vigilantes motorizados com extensão em eventos sociais, simultaneamente em um único evento, como as seguintes característica do objeto**, sendo equivalente a 50% do item de maior relevância do Termo de Referência, permitindo a verificação objetiva da capacidade técnica da empresa.

23.5.4. A falta de comprovação da capacidade técnica nos termos exigidos no edital implicará na desclassificação do licitante.

a) **Autorização para funcionamento** como prestadora de serviço de vigilância no âmbito do Estado de Rondônia e sua respectiva revisão, se for o caso, em plena validade, nos termos da Lei nº 7.102, de 20/06/1983 e alterações, no Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 e alterações, e na Portaria DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006 e alterações.

b) Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, em nome do licitante.

c) Declaração formal, sob as penas da Lei, de que dispõe dos recursos e equipamentos necessários para a execução do objeto deste ato convocatório.

d) Certificado de extensão de eventos sociais conforme Art. 18 e 19 e parágrafo único das **PORTARIA Portaria nº 18.045/2023 - PORTARIA Nº 18.974/2024: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal.**

23.5.5. Ademais, a licitante deverá observar as obrigações legais e demais descritas nas obrigações da contratada.

23.6. **Justificativa da necessidade de solicitação de Qualificação Técnica-operacional :**

23.6.1. Considerando a necessidade de garantir a eficiência e a qualidade na execução dos serviços objeto da presente licitação, e com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apresentamos a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica como critério de habilitação. De acordo com o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é prerrogativa da Administração exigir a comprovação de qualificação técnica dos licitantes, de modo a assegurar que o contratado possui condições adequadas para a execução dos serviços. Dessa forma, a exigência de atestados de capacidade técnica tem o objetivo de comprovar que a empresa contratada dispõe da expertise necessária para prestar serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial com excelência, minimizando riscos e garantindo o alcance dos objetivos contratuais com eficiência. Os atestados de capacidade técnica são instrumentos que evidenciam a experiência prévia dos licitantes na prestação de serviços semelhantes. Essa exigência contribui para que apenas empresas com histórico comprovado de desempenho qualificado participem da licitação, prevenindo a contratação de prestadores que não atendam aos requisitos técnicos essenciais e evitando potenciais falhas na execução do contrato. Adicionalmente, a inclusão desse requisito atua como uma medida preventiva para reduzir os riscos de inadimplemento e atrasos na execução dos serviços, uma vez que empresas sem a devida qualificação podem comprometer tanto os prazos quanto a qualidade do serviço, resultando em prejuízos para a Administração Pública e para a sociedade. Dessa forma, a Administração Pública considera essencial a manutenção da exigência de atestados de capacidade técnica, como forma de assegurar que a empresa contratada possua a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória dos serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial.

23.7. **Outras Declarações:**

23.7.1. A licitante deverá apresentar declaração cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Conforme Art 63, Inciso IV da Lei 14.133/2021

23.7.2. O Licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Conforme Art. 63, Inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

23.7.3. A licitante deverá observar acerca da vedação contida no Art. 14, inc. IV da Lei 14.133/2021, que trata da vedação da participação em licitação ou participação na execução de contratos, direta ou indiretamente;

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

24. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

24.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta contratação serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
 - II – multa;
 - III – impedimento de licitar e contratar;
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II – as peculiaridades do caso concreto;
 - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II – pagamento da multa;
- III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

24.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeita à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

Grau de Gravidade	Descrição da Infração	Percentual da Multa
Leve	Infrações que causam pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário.	Até 5% do valor do contrato
Média	Infrações que afetam a qualidade do serviço ou produto entregue, mas sem comprometer a integridade do objeto contratado.	De 5,1% a 10% do valor do contrato
Grave	Infrações que comprometem seriamente a qualidade ou execução do contrato, gerando risco de prejuízo ao erário ou à segurança.	De 10,1% a 20% do valor do contrato

Grau de Gravidade	Descrição da Infração	Percentual da Multa
Muito Grave	Infrações que causam dano direto ao erário, à segurança dos envolvidos, ou inviabilizam a execução do contrato.	De 20,1% a 30% do valor do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	Grau de Gravidade	MULTA
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico e/ou lesão corporal;	Grave	20%
2.	Permitir situação que cause dano físico e/ou lesão corporal;	Muito grave	30%
3.	Inexecutar totalmente o objeto da licitação, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	Muito Grave	30%
4.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que comprometa a integridade do objeto contratado;	Grave	20%
5.	Interromper, executar/entregar parcialmente e/ou de forma incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, de forma que cause pequenos inconvenientes ou atrasos, sem prejuízo significativo ao contrato ou ao erário;	Leve	2%
6.	Realizar a entrega do objeto da licitação em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital de Licitação;	Grave	20%
Para os itens a seguir, deixar de:			
7.	Efetuar o pagamento a rede credenciada/prestadores de serviços, e/ou fornecedores envolvidos na execução do objeto, inclusive seguros, encargos fiscais, sociais e trabalhistas, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;	Grave	20%
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe de Coordenação/Fiscalização;	Grave	15%
9.	Cumprir a execução/entrega do objeto nos prazos estabelecidos no cronograma;	Grave	20%
10.	Disponibilizar os equipamentos, EPs, e demais instrumentos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, considerando legislações e Normas vigentes, necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	Grave	15%
11.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa/negligência/imperícia, em veículos, equipamentos, pessoas, entre outros;	Grave	20%
12.	Encaminhar nos prazos estabelecidos, Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;	Leve	5%

13.	Substituir funcionário/prestador de serviço que se porte de forma inconveniente/desrespeitosa ou não atenda as exigências técnicas referentes ao objeto do contrato;	Leve	5%
14.	Assinar contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no Termo de Referência;	Grave	20%
15.	Prestar garantia exigida no Termo de Referência;	Grave	20%
16.	Substituir estruturas, equipamentos, itens que compõe o objeto conforme previstos nas obrigações da contratada expressos no Termo de Referência;	Grave	20%
17.	Fiscalizar/controlar/fornecer suporte a rede credenciada/prestadores de serviço/fornecedores, a fim de garantir a execução do objeto	Média	10%

25. **DEVERES CONTRATUAIS:**

25.1. **Do Contratado:**

25.1.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.1.2. Declaração formal, sob as penas da lei, atestando que dispõe dos recursos e equipamentos necessários para a execução do objeto;

25.1.3. Declaração formal comprometendo-se a entregar, antes da assinatura do contrato, o Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, em nome do licitante;

25.1.4. Declaração formal afirmando que tem pleno conhecimento dos serviços que compõem o objeto da contratação, bem como do local de sua execução.

25.1.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

25.1.6. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

25.1.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE;

25.1.8. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

25.1.9. A contratada não poderá repassar os custos de uniforme e equipamentos a seus empregados.

25.1.10. Realizar diariamente, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.

25.1.11. Os Postos deverão ser obrigatoriamente inspecionados no mínimo 01 (uma) vez por dia, em períodos alternados.

25.1.12. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, atendendo o disposto no Artigo 71, § 4º da Consolidação das Leis Trabalhistas, qual seja:

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, **é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação**, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º **A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação**, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento, de natureza indenizatória**, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

- 25.1.13. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 25.1.14. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida às instalações da CONTRATANTE;
- 25.1.15. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços.
- 25.1.16. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 25.1.17. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.
- 25.1.18. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão.
- 25.1.19. Efetuar a reposição de mão-de-obra nos postos, em caráter de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 25.1.20. Disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente.
- 25.1.21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 25.1.22. Manter controle de frequência/pontualidade de seus vigilantes sob o contrato.
- 25.1.23. Recrutamento, administração, transporte, acomodação, alimentação e quaisquer outras obrigações relacionadas com a mão-de-obra, ficando responsável por todos os atos praticados por seus empregados.
- 25.1.24. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, Fiscais e Comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme prevê o Art. 121, da Lei nº 14.133/21;
- 25.1.25. Prever um quantitativo de pessoal necessário para eventuais substituições dos efetivos, em caso de afastamento por motivos de férias, licença, etc.
- 25.1.26. Fornecer ao TRIBUNAL DE CONTAS, quando solicitado, cópias dos comprovantes de pagamento, contendo a discriminação individual dos salários, bem como, dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado no serviço.
- 25.1.27. Serão de inteira responsabilidade da empresa prestadora dos serviços, eventuais prejuízos causados por seus empregados, quando no exercício de suas atividades. Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido no item 6.12 deste estudo técnico preliminar.
- 25.1.28. A contratada deverá disponibilizar nos locais em que haja dois ou mais postos a quantidade necessária de rádio de comunicação tipo HT, bem como, a quantidade de baterias e carregadores suficientes.
- 25.1.29. A contratada deverá designar dois (2) representantes da empresa (coordenadores) com autoridade de tomada de decisões para garantir um atendimento contínuo à coordenação do evento durante o período de montagem e execução.
- 25.1.30. A contratada deverá observar os dispositivos legais da Portaria nº 25/2001, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT no que couber, considerando tratar-se de vigilância e segurança patrimonial desarmada.
- 25.1.31. Substituir o material/equipamento com prazo de validade vencido, com defeito ou considerado inadequado para o serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da Contratante.

25.1.32. Apresentar as Nota Fiscal todo último dia útil do mês relativo ao serviço prestado.

25.2. **Para realização dos serviços dentro das normas vigentes, ressaltamos:**

a) Certificações e Credenciamentos:

a.1. Registro na Polícia Federal: A empresa deve possuir autorização prévia da Polícia Federal para prestação de serviços de segurança privada, conforme art. 4º da Lei nº 14.967/2024.

Art. 4º - A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

a.2. Treinamento de Profissionais: Todos os profissionais designados para o evento devem possuir cursos de formação em vigilância em eventos de grande porte devidamente registrados e reconhecidos, bem como atualizações periódicas conforme a legislação vigente.

b) Treinamento e Capacitação Contínua:

b.1. Treinamento Específico para o Evento: A empresa deve comprometer-se a realizar treinamentos específicos para os profissionais designados para o evento, cobrindo aspectos como gestão de multidões, protocolos de segurança em situações de emergência e atendimento ao público.

b.2. Capacitação em Primeiros Socorros: Todos os profissionais de segurança devem possuir certificação em primeiros socorros, com treinamento atualizado.

Considerando as exigências mencionadas acima, a licitante deverá observar às legislações e normas que estabelecem requisitos e regulamentam a atividade. As principais são:

- **Lei n.º 14.967/2024:** institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, para dispor sobre os serviços de segurança de caráter privado, exercidos por pessoas jurídicas e, excepcionalmente, por pessoas físicas, em âmbito nacional, e para estabelecer as regras gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País, e, conforme seu Art. 70, revoga a Lei n.º 7.102/1983 e a Lei n.º 8.863/1994.

Art. 70 - Revogam-se a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, o art. 7º da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, os arts. 14 a 16 e 20 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e o art. 14 da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001

- **Portaria nº 18.045/2023:** Disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

Subseção VI Da Atividade

Art. 18. A atividade de vigilância patrimonial somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigilados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol e outros, deve se ater ao espaço privado objeto do contrato.

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais, assim considerados aqueles que reúnam pessoas com o mesmo objetivo e possuam duração delimitada no tempo, realizados em estádios, ginásios, exposições, espaços culturais, arenas ou outros locais, públicos ou privados, deverá ser prestada por vigilantes especialmente habilitados.

Parágrafo único. A habilitação especial referida no caput deste artigo corresponderá ao curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto neste normativo.

25.2.1. Ademais, em seu Art. 205, revoga em grande parte a Portaria n.º 3.233/2012.

Art. 205. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 3.258-DG/DPF, de 2 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2013; e

II - a Portaria nº 3.559-DG/DPF, de 10 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2013.

§ 1º Em relação à Portaria nº 3.233-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 — publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2012 —, revoga-se o seguinte:

I - o § 1º e o § 2º do art. 1º; e

II - do art. 2º ao art. 211.

§ 2º O caput do art. 1º e os anexos da Portaria nº 3.233- DG/DPF, de 2012, permanecem em vigor até que sobrevenha ato normativo do coordenador-geral da CGCSP/DPA/PF, nos termos do § 15 do art. 151 desta Portaria.

25.2.2. Também faz-se necessário dar atenção aos dispositivos legais que não foram revogadas das normas:

- **Portaria n.º 3.233/2012:** Emitida pelo Departamento de Polícia Federal, esta portaria regulamenta a atividade de vigilância privada no Brasil, incluindo a vigilância desarmada. Ela define as condições para o funcionamento das empresas de vigilância, os requisitos para os cursos de formação e reciclagem de vigilantes, e as normas de atuação dos profissionais.
- **Portaria n.º 3.259/2013:** Complementa a Portaria n.º 3.233/2012, trazendo regulamentações adicionais sobre o funcionamento das empresas de segurança e a atuação dos vigilantes, incluindo os desarmados.

25.2.3. **NOTA:** Essas legislações e normas estabelecem os requisitos para a formação, atuação, e atualização dos profissionais de vigilância desarmada, além de regulamentar o funcionamento das empresas que prestam esse tipo de serviço. É essencial que tanto os vigilantes quanto as empresas estejam em conformidade com essas leis para operar legalmente no país.

25.2.4. Após a execução dos serviços prestados, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o encaminhamento da Nota Fiscal e/ou documento equivalente, juntamente com demais documentos de habilitação atualizados;

25.2.5. A licitante deverá apresentar para a condução do certame, declarações que consta em campo próprio do Sistema Gerenciador de Licitação - Comprasnet, utilizado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL para condução dos certames, a opção de declarações previstas no rol de declarações do referido sistema:

1. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
2. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
3. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
4. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
5. Apresentar a Declaração de Menor.
6. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
7. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
8. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
9. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

25.3. **Dos bens patrimoniais e de consumo:**

25.3.1. É dever da Contratada, através de seus empregados, impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências da Unidade e somente será permitida mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável da CONTRATANTE e conterà, indispensavelmente: a discriminação do bem, o nº do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for o caso, a data de retorno.

25.3.2. Manter durante a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação exigidas no edital da licitação, em atendimento ao art.92, inciso XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

25.3.3. A contratada deverá observar as normas regulamentadoras NR 6 (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI) e NR 16 (ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS) do Ministério do Trabalho.

25.3.4. Propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, sendo observado em todos os postos, a jornada diária de trabalho e o cumprimento dos intervalos para almoço e descanso previsto por Lei, na Convenção Coletiva de Trabalho e da Notificação Recomendatória da Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região MED nº 000534.2011.14.000/1.

25.4. **Da Contratante:**

25.4.1. Fiscalizar todo o processo, buscando garantir, que o objeto da aquisição, seja fornecido em conformidade com as especificações do Termo de Referência;

25.4.2. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

25.4.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador das licitações, quando aplicável;

25.4.4. Rejeitar no todo ou em parte os materiais/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;

25.4.5. Receber as Notas Fiscais e conferir se estão em conformidade com o objeto. Devendo posteriormente, encaminhá-la para pagamento, de acordo com as condições legais;

25.4.6. Receber provisória e definitivamente os materiais/serviços nas formas definidas.

25.4.7. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao serviço solicitado.

25.4.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

26. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

26.1. A execução contratual será acompanhada por Gestor do Contrato e Fiscal(is), devidamente designados pela Administração, por meio de ato administrativo específico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aos quais competirá:

26.2. **Ao Gestor do Contrato:**

- Coordenar a execução contratual sob o aspecto administrativo;
- Promover a interlocução institucional entre a contratada e a Administração;
- Adotar as providências necessárias para assegurar a regular execução do contrato, inclusive quanto à proposição de ajustes, prorrogações e aplicação de sanções, quando cabíveis;

26.3. **Ao(s) Fiscal(is) do Contrato:**

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços no local do evento;
- Verificar a conformidade quantitativa e qualitativa da mão de obra disponibilizada;
- Registrar ocorrências, não conformidades e eventuais falhas na execução;
- Atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços.

26.4. **Forma de Acompanhamento da Execução**

26.4.1. O acompanhamento da execução ocorrerá de forma contínua e presencial, durante todo o período de realização do evento, considerando tratar-se de serviços terceirizados com dedicação de mão de obra, executados em ambiente de grande porte e elevada circulação de pessoas.

26.4.2. Serão observados, entre outros, os seguintes aspectos:

- Cumprimento dos quantitativos de pessoal por função e por período;
- Observância da jornada e dos horários estabelecidos;
- Utilização de uniformes, equipamentos e EPIs exigidos;
- Adequação da execução dos serviços às áreas designadas;
- Qualidade, regularidade e continuidade dos serviços prestados.

26.5. **Instrumentos e Registros de Controle**

26.5.1. Para fins de gestão e fiscalização, poderão ser utilizados, conforme aplicável:

- Relatórios diários ou periódicos de acompanhamento;
- Registros de presença e alocação de pessoal;
- Checklists de verificação da execução dos serviços;
- Registros formais de ocorrências e comunicações à contratada;
- Termos de recebimento provisório e definitivo.

26.5.2. Todos os registros servirão de subsídio para a aferição da conformidade da execução e para eventual aplicação de medidas corretivas, sanções ou execução de garantias.

26.6. **Comunicação e Tratamento de Ocorrências**

26.6.1. A comunicação entre a contratada e a Administração ocorrerá prioritariamente por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização, devendo a contratada manter preposto no local para atendimento imediato às demandas operacionais.

26.6.2. As não conformidades identificadas serão registradas e comunicadas à contratada, que deverá adotar as providências corretivas no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas contratualmente, quando cabíveis.

26.7. **Recebimento dos Serviços**

26.7.1. O recebimento dos serviços dar-se-á em duas etapas:

- Recebimento Provisório, mediante verificação da conformidade da execução com as especificações contratuais;
- Recebimento Definitivo, após a confirmação do cumprimento integral das obrigações, sem prejuízo das responsabilidades da contratada por eventuais falhas identificadas posteriormente.

26.8. **Adequação à Complexidade do Objeto**

26.8.1. O presente modelo de gestão foi definido de forma objetiva e proporcional à complexidade da contratação, considerando a natureza temporária dos serviços, a dedicação intensiva de mão de obra, a multiplicidade de postos de trabalho e os riscos operacionais inerentes à realização de evento de grande porte, contribuindo para o controle da execução, mitigação de riscos e adequada entrega dos resultados pretendidos pela Administração.

27. **CONTRATO:**

27.1. **Vigência do Contrato:**

- 27.1.1. Considerando os termos do art. 95 da lei nº 14.133/21, o contrato não será dispensado.
- 27.1.2. A contratada deverá assinar o contrato e dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- 27.1.3. Observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, a vigência inicia-se na assinatura do contrato e estende-se até o final do prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.
- 27.2. **REAJUSTE CONTRATUAL:**
- 27.2.1. Durante o período de vigência do Contrato, os reajustes de valores serão conduzidos de acordo com a previsão no ordenamento do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 27.3. **Do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos:**
- 27.3.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, conforme redação do art. 150 a 153 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 150. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

§ 1º A Administração deverá indicar o critério de reequilíbrio de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

§ 2º Sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou ao salário-mínimo, só poderá ser admitida mediante justificativa específica, observadas as prescrições legais.

Art. 151. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

§ 1º Apresentado no prazo estipulado no caput deste artigo, os efeitos financeiros retroagirão à data-base prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

§ 2º Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no caput deste artigo, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

§ 3º A contratada para a execução de remanescente de obra ou serviço tem direito ao reajuste ou repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação.

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

Art. 153. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

- 27.3.2. Do pedido do reajuste, fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

- 27.3.3. Da escolha do índice conforme Art. 156. do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

27.3.4. Considerando que o reajuste de preços pode ser realizado mediante aplicação de índice de reajuste ou por demonstração analítica da variação dos custos, será utilizado o índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) para os respectivos cálculos. A data-base será vinculada à data do orçamento estimado, sendo que o critério de aplicação deverá ser aquele que, de maneira mais vantajosa, atenda às especificidades do objeto contratual, conforme estabelece o §7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/21.

28. **CONCLUSÃO:**

28.1. Ao expor claramente a motivação para **Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos, para atender as demandas da 13ª Rondônia Rural Show Internacional**. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7º Rondoleite, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, que estabelecem os requisitos e condições de sua realização

28.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas oficialmente protocoladas ou por meio eletrônico, junto a sede da contratada.

28.3. Para elaboração do presente Termo de Referência foi utilizado o Modelo Padrão, considerando às necessidades adequação da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI, estabelecidas na solicitação através do Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0064208372](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21)), Estudo Técnico Preliminar ([0066211180](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21)), condicionados à **Lei Federal nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como o Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, ficando a CONTRATADA ciente de que qualquer litígio entre a CONTRATANTE e CONTRATADA serão dirimidos com base nas referidas leis e suas alterações.

28.4. Será realizado consulta através do site da Fazenda (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) referente as empresas fornecedoras optante pelo simples nacional.

28.5. **As omissões**, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

28.6. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual n. 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal. Neste sentido, dispõe esta Lei:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

Observação: Vale ressaltar que diante das Legislações vigentes, esta unidade (Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI) está obrigada a realizar as retenções de acordo com o cumprimento dos dispositivos legais.

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

(De acordo com a Cartilha de Boas práticas LGPD (id.[0049114042](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21)))

CONTRATO ____/20__, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, E EMPRESA_____. CELEBRAM ENTRE SI

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI/RO, CNPJ 03.682.401/0001-67, sediada à Av. Farquar, nº 2786, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio madeira, Edifício rio Jamari 3º Andar - Curso 3, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo representada por seu Secretário de Estado, LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA, portador do CPF/MF nº ***.667.682-**, e a empresa _____, CNPJ/MG nº _____, situado na Rua _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileira (o), portadora (o) da cédula de identidade sob o nº _____.____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de ____ e CPF sob o nº _____.xxx.xxx-**, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [0025.002538/2025-37](#), para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento licitatório, com base na Lei Federal nº. 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

Os bens adquiridos serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS

Conforme o item **12 e subitens** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor do respectivo contrato é de _____, conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA, correspondendo ao objeto definido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

Entretanto, informamos que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza, atendentes de recepção e organizadores do fluxo das áreas de estacionamento será incluída no Plano de Contratações Anual de 2026, ano em que a feira ocorrerá. Esse plano encontra-se em fase de elaboração, conforme Processo nº [0025.002223/2025-90](#) e Declaração ([0064208386](#)).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

Conforme **item 22** do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem o disposto no item **25.1** do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratante, também se incluem o disposto no item **25.4** do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:

Sem prejuízo das sanções cominadas no Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no **item 24** do termo de referência, caso presente alguma das situações ali previstas.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias dessa data.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência inicia-se na assinatura deste contrato e estende-se até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

CLÁUSULA TREZE - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Conforme **item 6** do Termo de Referência.

CLÁUSULA CATORZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, Art 92 III.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

O Foro para dirimir eventuais conflitos do contrato será o da Comarca de Porto Velho - Rondônia.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RISCO

Conforme Análise de Riscos ([0066211225](#)), a probabilidade de ocorrências dos risco na contratação (**ALTO**), permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes, identificado no documento Adendo Matriz de Riscos, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Elaboração Comissão de Contratação	Validação Comissão de Contratação	Elaboração / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante
GABRIEL GOMES COSTA Membro da Comissão Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI Portaria nº 188 de 23 de setembro de 2025 (0066547632)	FÁBIO VENTURA DE OLIVEIRA Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI Chefe de Núcleo	PAULO DA SILVA FREITAS ROCHA Membro da Comissão Executora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 28 de 20 de janeiro de 2026 (68669447)	ALEX FERNANDES ROSÁRIO Engenheiro Civil - CREA 20639 D/RO Membro da Comissão de Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 28 de 20 de janeiro de 2026 (68669447)	SHEYLA PESSOA DE FREITAS Comissão Organizadora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 28 de 20 de janeiro de 2026 (68669447)

Coordenadoria da Área Demandante
POLIANE MOREIRA OLIVEIRA Coordenadora de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura CDAP/SEAGRI-RO
Autoridade Competente
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Gomes Costa, Assessor(a)**, em 29/04/2026, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ventura, Chefe de Núcleo**, em 29/04/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 29/04/2026, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliane Moreira Oliveira, Coordenador(a)**, em 29/04/2026, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Freitas Rocha, Membro**, em 29/04/2026, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNADES ROSARIO, Assessor(a)**, em 29/04/2026, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Scheyla Pessoa de Freitas, Chefe de Unidade**, em 29/04/2026, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71678179** e o código CRC **4766633D**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0025.002538/2025-37

SEI nº 71678179

Criado por [02132422222](#), versão 5 por [57406510268](#) em 29/04/2026 11:49:56.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI
RONDÔNIA RURAL SHOW - SEAGRI-RRS

ANÁLISE DE RISCOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

INSTITUIÇÃO	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI
PROCESSO Nº	0025.002538/2025-37
ÁREA REQUISITANTE	Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - CDAP Gerência/Núcleo: Rondônia Rural Show - RRS
OBJETO	Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos.

2. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de risco no processo de licitação é uma atividade que visa identificar, avaliar e tratar os possíveis eventos futuros que podem afetar o sucesso da contratação pública, pode ajudar a prevenir ou minimizar problemas como atrasos, custos excessivos, qualidade insatisfatória, fraudes, corrupção, entre outros, além de contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e economicidade das contratações públicas.

Cita-se:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

3. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO E AÇÕES SUGERIDAS

Processo nº 0025.002538/2025-37

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	OBSERVAÇÕES
---------------------	--------	----------------	---------------	----------------	-----------------	-----------------------	-------------

1	Atraso no início da execução dos serviços contratados	Eventual	Relevante	Alto	Aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento de prazos e reforçar a fiscalização para assegurar o cumprimento do cronograma inicial	Formalizar o contrato com cronograma detalhado de execução, definir novo prazo de início e acompanhar a mobilização da equipe até a normalização dos serviços.	Criar canal de comunicação direta com a contratada, realizar reuniões de alinhamento e acompanhar continuamente o andamento da mobilização inicial
2	Quantitativo de vigilantes ou equipamentos inferior ao contratado	Rara	Relevante	Médio	Realizar conferência periódica do efetivo e dos equipamentos empregados, conforme escala e contrato.	Solicitar recomposição imediata do quantitativo e aplicar penalidades contratuais em caso de reincidência.	Registrar ocorrências em relatório de fiscalização e exigir comprovação da presença dos vigilantes por meio de folhas de ponto ou relatórios diários
3	Fracasso no procedimento licitatório	Rara	Muito relevante	Alto	Ampliar a divulgação do certame, revisar critérios técnicos e assegurar clareza nos requisitos do edital	Realizar estudo de mercado e pré-qualificar possíveis fornecedores	Manter servidores capacitados e acompanhar as etapas do processo licitatório
4	Morosidade no procedimento licitatório	Eventual	Relevante	Alto	Planejar o processo com antecedência, observando prazos legais e etapas internas de tramitação	Avaliar possibilidade de prorrogação contratual temporária do serviço vigente, evitando descontinuidade.	Monitorar o andamento processual por meio de cronograma interno e reuniões periódicas entre as áreas envolvidas
5	Dependência de um único fornecedor sem plano de contingência	Rara	Muito relevante	Alto	Manter cadastro atualizado de empresas aptas e mapear alternativas de contratação emergencial	Iniciar procedimento emergencial ou nova licitação caso ocorra paralisação do serviço	Prever cláusula contratual de transição de serviços e estabelecer plano de continuidade com a contratada.
6	Falta de pessoal qualificado ou treinamento inadequado	Rara	Relevante	Médio	Exigir comprovação de curso de formação de vigilantes e realizar avaliação técnica inicial da equipe	Notificar formalmente a empresa, exigir reexecução ou correção do serviço e aplicar sanções cabíveis	Adotar checklist de qualidade atualizado, registrar vistorias e manter comunicação constante com a contratada
7	Problemas com documentação e registros legais	Rara	Relevante	Médio	Exigir apresentação de certidões atualizadas e documentos obrigatórios antes da assinatura do contrato	Interromper serviço se houver não conformidade, corrigir falhas imediatamente, notificar responsáveis e aplicar sanções contratuais	Criar checklist documental e manter arquivo atualizado na pasta de gestão contratual
8	Falhas na fiscalização e monitoramento do contrato	Eventual	Relevante	Alto	Designar formalmente fiscais e suplentes, com capacitação	Revisar relatórios de fiscalização e corrigir	Implementar sistema de controle de ponto,

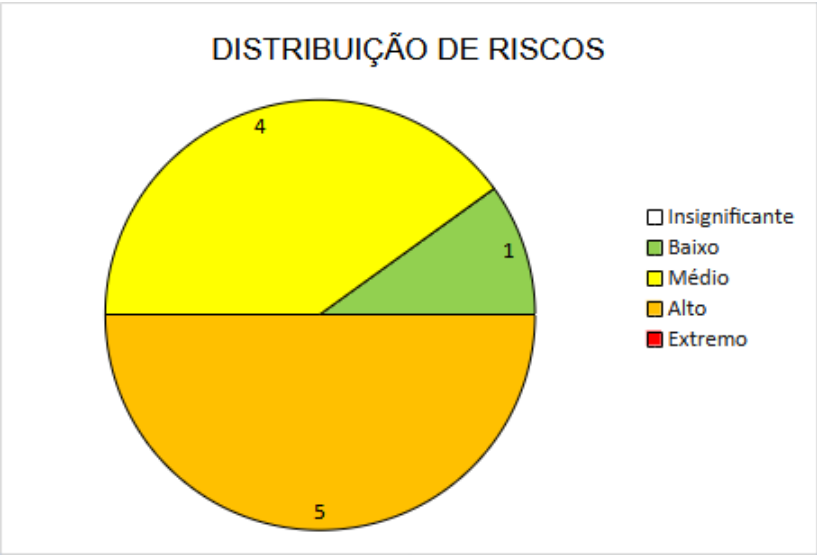
					adequada para acompanhamento técnico e administrativo	lacunas identificadas no acompanhamento	relatórios fotográficos e reuniões mensais de avaliação do contrato
9	Substituição pontual ou ausência eventual de funcionários da contratada	Eventual	Pouco relevante	Médio	Exigir plano de cobertura de ausências e comunicação prévia de substituições	Solicitar reposições imediatas e remanejar equipes internas para cobrir temporariamente as ausências	Acompanhar escala semanal e garantir que substitutos possuam os mesmos requisitos técnicos
10	Interferência de condições climáticas adversas na execução dos serviços	Rara	Pouco relevante	Baixo	Planejar escalas e rondas considerando períodos de maior incidência de chuvas ou intempéries	Reorganizar turnos e rotas de patrulhamento, priorizando segurança do efetivo e dos bens	Monitorar previsão meteorológica e ajustar escala de trabalho preventivamente

4. ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	10	35	70	100
Relevante	5	17,5	35	50
Pouco relevante	2	7	14	20
Irrelevante	1	3,5	7	10
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

5. GRÁFICO COMPARATIVO DA ESTIMATIVA DO NÍVEL DE RISCO



NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0%
Baixo	1	10%
Médio	4	40%
Alto	5	50%
Extremo	0	0%
TOTAL	10	100%

6. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

6.1. AVALIAÇÃO

Trata-se de **Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância ostensiva, com serviços diurnos e noturnos**, estimando-se a probabilidade e a severidade de cada risco identificado, considerando os fatores que podem influenciar sua ocorrência e seus efeitos. Etapa essa feita por meio de análises técnicas;

6.2. QUALIFICAÇÃO

Terá uma predominância da probabilidade de ocorrência de riscos **ALTO**.

Considerando a sua importância, levando em conta os critérios definidos previamente. Utilizou-se de técnicas como matriz de risco, curva de risco, gráfico de Pareto, entre outras;

6.3. TRATAMENTO DOS RISCOS

Trata-se das ações ou medidas para prevenir, reduzir, transferir ou aceitar os riscos, conforme a estratégia, utilizando as técnicas de plano de ação, plano de contingência e plano de comunicação.

Aceitar ou aumentar o risco quando isso implica em um maior risco de impugnações, recursos ou contestações por parte dos licitantes. Mudar a probabilidade: estabelecer penalidades contratuais, cláusulas de rescisão ou multas para os fornecedores que descumprirem as obrigações assumidas, reduzindo assim a chance de que isso ocorra.

7. ANÁLISE DE RISCOS

Por derradeiro manifesto as medidas requeridas para não restarem entraves nos entendimentos.

Outrossim, encaminhamos para opinião da Setorial de Controle Interno - CI para manifestação quanto ao monitoramento dos processos e práticas adotados pela organização, de forma a assegurar o alcance dos objetivos institucionais e em alinhamento com a gestão de riscos. Colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais esclarecimentos ou divergências que possam surgir no âmbito dos juízos de ponderação.

Elaboração / Técnico da Equipe de Planejamento	Revisão / Técnico da Equipe de Planejamento	Revisão / Validação do Setor Requisitante	Validação / Coordenadoria
PAULO DA SILVA FREITAS ROCHA Membro da Comissão Executora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025	ALEX FERNANDES ROSÁRIO Engenheiro Civil - CREA 20639 D/RO Membro da Comissão de Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025	ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO Comissão Organizadora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025	POLIANE MOREIRA OLIVEIRA Coordenadora de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - CDAP/SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Freitas Rocha, Assessor(a)**, em 23/01/2026, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNANDES ROSARIO, Assessor(a)**, em 23/01/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ferrão, Chefe de Unidade**, em 23/01/2026, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliane Moreira Oliveira, Coordenador(a)**, em 26/01/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066211225** e o código CRC **6451E0EC**.

Criado por [00971451222](#), versão 3 por [00971451222](#) em 23/01/2026 09:31:57.

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

(De acordo com a Cartilha de Boas práticas LGPD (id:[0049114042](#))

CONTRATO ____/20__, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, E EMPRESA_____. CELEBRAM ENTRE SI

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI/RO, CNPJ 03.682.401/0001-67, sediada à Av. Farquar, nº 2786, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio madeira, Edifício rio Jamari 3º Andar - Curso 3, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo representada por seu Secretário de Estado, LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA, portador do CPF/MF nº ***.667.682-**, e a empresa _____, CNPJ/MG n.º _____, situado na Rua _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileira (o), portadora (o) da cédula de identidade sob o nº _____._____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de ____ e CPF sob o nº _____.xxx.xxx-**, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [0025.002538/2025-37](#), para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento licitatório, com base na Lei Federal nº. 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

Os bens adquiridos serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS

Conforme o item **12 e subitens** do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor do respectivo contrato é de _____, conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA, correspondendo ao objeto definido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

Entretanto, informamos que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza, atendentes de recepção e organizadores do fluxo das áreas de estacionamento será incluída no Plano de Contratações Anual de 2026, ano em que a feira ocorrerá. Esse plano encontra-se em fase de elaboração, conforme Processo nº [0025.002223/2025-90](#) e Declaração ([0064208386](#)).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

Conforme **item 22** do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem o disposto no item **25.1** do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratante, também se incluem o disposto no item **25.4** do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:

Sem prejuízo das sanções cominadas no Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no **item 24** do termo de referência, caso presente alguma das situações ali previstas.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias dessa data.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência inicia-se na assinatura deste contrato e estende-se até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração.

CLÁUSULA TREZE - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Conforme **item 6** do Termo de Referência.

CLÁUSULA CATORZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, Art 92 III.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

O Foro para dirimir eventuais conflitos do contrato será o da Comarca de Porto Velho - Rondônia.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RISCO

Conforme Análise de Riscos ([0066211225](#)), a probabilidade de ocorrências dos risco na contratação (**ALTO**), permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes, identificado no documento Adendo Matriz de Riscos, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI
Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

SAMS

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em ostensiva em evento sociais, com serviços diurnos e noturnos. Estes serviços serão executados nas instalações do Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, no sentido Presidente Médici, local da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Exposição Rondoniense do Agronegócio do Leite - Rondoleite.

OBS: A contratação se dará através da Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como Critério de Julgamento **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nº processo: 0025.002538/2025-37	Projeto Atividade: 20.608.2003.2023	Fonte: 1500	Elemento de Despesa: 33.90.39 (Serviço de Terceiros)
---	---	-----------------------	--

LOTE 01 (ÚNICO) - Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com ênfase na prevenção e vigilância em evento sociais ostensiva, com serviços diurnos e noturnos e motorizados.								
ITEM	Código Catálogo CATSER	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade de Vigilantes	Quantidade de dias	Quantidade Total de Diárias	Valor Unitário	Valor Total
01	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período 27/04 à 10/05/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	14	84		
02	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento	Diária	06	14	84		

		sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período 27/04 à 10/05/2026 , sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.						
03	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66		
04	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	06	11	66		
05	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132		
06	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	11	132		
07	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36		
08	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	03	36		
09	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36		
10	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026 , sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	Diária	12	03	36		
11	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	30	06	180		
12	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	12	06	72		
13	23947	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno ,	Diária	18	06	108		

		contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.						
14	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	06	108		
15	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14		
16	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	14	01	14		
17	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18		
18	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026 , sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	Diária	18	01	18		
19	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Diurno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24		
20	23657	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto fixo em evento sociais Noturno , contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo 2 (dois) profissionais por posto.	Diária	04	06	24		
21	23647	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	06	36		
22	23957	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045/2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno , contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026 , sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	Diária	06	06	36		
VALOR TOTAL DO LOTE:								R\$

*Catálogo de Materiais – CATSER (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA SEAGRI	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:		Validade da Proposta: <i>Mínimo 90 (noventa) dias</i>
	Banco:	Assinatura:	Responsável pela cotação/SEAGRI	Prazo de Entrega:
	Agência:			
	C/C:			

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES: Do local e Horário da entrega/prestação dos serviços:

- A contratada deverá fornecer os serviços de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação.
- A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório, havendo a habilitação do (s) vencedor (s).
- Os serviços da presente solicitação deverão ser prestados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no quilômetro 333 da BR-364, a 11 quilômetros de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, durante todo o período de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme condições estabelecidas do instrumento licitatório.

LEIDIANA DOS SANTOS

Núcleo de Compras Públicas - **NCP/SEAGRI**

Membro - **NCP**

Elaborador

FÁBIO VENTURA DE OLIVEIRA

Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI

Chefe de Núcleo

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

Secretário de Estado da Agricultura

Governo de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Leidiana dos Santos, Assessor(a)**, em 02/02/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ventura, Chefe de Núcleo**, em 02/02/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 02/02/2026, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68740869** e o código CRC **7C07285C**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0025.002538/2025-37

SEI nº 68740869

Criado por [84762640387](#), versão 7 por [84762640387](#) em 02/02/2026 11:30:33.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	PREÇO MEDIANO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL
1	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 06 vigilantes no período 27/04 à 10/05/2026, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	DIÁRIA	84	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 62.475,00
2	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 06 vigilantes no período 27/04 à 10/05/2026, sendo, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	DIÁRIA	84	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 62.475,00
3	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Diurno contendo 06 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	66	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 40.738,50
4	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Noturno, contendo 06 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	66	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 40.738,50
5	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 12 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	DIÁRIA	132	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 98.175,00
6	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 12 vigilantes no período de 11 à 21/05/2026, sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	DIÁRIA	132	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 98.175,00
7	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Diurno, contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	36	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 22.221,00
8	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Noturno, contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	36	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 22.221,00
9	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	DIÁRIA	36	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 26.775,00
10	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 12 vigilantes no período de 22 à 24/05/2026, sendo, contendo 02 carro (tipo viatura) e 10 motocicletas.	DIÁRIA	36	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 26.775,00
11	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Diurno, contendo 30 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	180	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 111.105,00
12	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Noturno, contendo 12 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	72	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 44.442,00
13	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	DIÁRIA	108	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 80.325,00
14	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 18 vigilantes no período de 25 à 30/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	DIÁRIA	108	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 80.325,00
15	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Diurno, contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	14	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 8.641,50
16	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Noturno, contendo 14 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	14	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 8.641,50
17	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	DIÁRIA	18	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 13.387,50
18	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 18 vigilantes no dia 31/05/2026, sendo, contendo 03 carro (tipo viatura) e 15 motocicletas.	DIÁRIA	18	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 13.387,50
19	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Diurno, contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	24	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 14.814,00
20	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto fixo em evento sociais Noturno, contendo 04 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026, sendo 2 (dois) profissionais por posto.	DIÁRIA	24	R\$ 619,00	R\$ 610,00	R\$ 640,00	R\$ 600,00	506,18*	R\$ 600,00	R\$ 617,25	R\$ 614,50	R\$ 17,04	2,76%	MÉDIO	R\$ 14.814,00
21	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Diurno, contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026, contendo 01 carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	DIÁRIA	36	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 26.775,00
22	Contratação do serviço de vigilância e segurança de eventos social, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045 /2023. Posto Motorizado em evento sociais Noturno, contendo 06 vigilantes no período de 01 à 06/06/2026, sendo, contendo 01 Carro (tipo viatura) e 05 motocicletas.	DIÁRIA	36	R\$ 745,00	R\$ 710,00	R\$ 770,00	R\$ 750,00	506,18*	R\$ 710,00	R\$ 743,75	R\$ 747,50	R\$ 24,96	3,36%	MÉDIO	R\$ 26.775,00

VALOR TOTALR\$ 944.202,00

EMP 1 - RONVISEG SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA
EMP 2 - PVH-SEG-SERVICO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA
EMP 3 - IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANCIA PRIVADA LTDA
EMP 4 - PROALVO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
EMP 5 - BANCO DE PREÇOS

OBSERVAÇÕES:

Valores unitários

Valores desabilitados